

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**“A IMIGRAÇÃO LITUANA PARA O ESTADO  
DE SÃO PAULO”**

*Walkiria Savira Belapetravicius*

**Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia  
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas ,  
como quesito final para obtenção do título de Mestre em  
Geografia Humana.**

**Orientador: Profª Drª Liliana Laganá**

**São Paulo, 10 de dezembro de 2001.**

## **Introdução**

### **Capítulo I – Brasil: o imigrante e o café**

1. As migrações transoceânicas
2. A imigração no Brasil
3. Os imigrantes no Brasil: número e nacionalidades
4. O imigrante em São Paulo
5. O imigrante na fazenda de café: o contrato de trabalho
6. A instabilidade da mão-de-obra na fazenda de café
7. As condições de vida na fazenda de café
8. O sucesso do sistema paulista
9. O imigrante e a pequena propriedade em São Paulo
10. O imigrante e as cidades

### **Capítulo II – A imigração lituana para o Brasil**

1. Caracterização da primeira e da segunda leva de imigrantes lituanos
2. A convocação
3. O regulamento para os acompanhantes dos imigrantes
4. Documentos necessários para a ida para o Brasil
5. A viagem de navio
6. Os lituanos no Brasil
7. A viagem para o interior
8. A destinação de créditos para assuntos de emigração
9. A vida nas organizações lituanas
10. Mantendo as tradições para preservar a cultura e a identidade lituana
11. Os esportes
12. As escolas lituanas
13. Clube dos Lituanos
14. A associação Alfa
15. Como deve ser a colonização no Brasil ?
16. As terras da “Nova Lituânia” não são do Dr. Labiano da Costa Machado
17. Os judeus no Brasil
18. O bairro de Vila Zelina

## **Considerações finais**

## **Bibliografia**

## **Resumo**

## **Abstract**

## **Introdução**

O movimento imigratório ocorrido no Brasil da metade do século XIX até o fim da década de 1950 não foi um processo uniforme e igual para pessoas que por um motivo ou outro se distanciaram de sua terra e de suas origens para habitar em local diverso e muitas vezes inacessível .

Na observação mais apurada e profunda se entende que as nações européias presentes nesta dinâmica marcaram a emigração-imigração com suas especificidades regionais, sócio-históricas e culturais e que sem dúvida acompanharam os “aventureiros” em sua adaptação e permanência nas atividades de trabalho, organização social e política e a compreensão do papel do imigrante nos objetivos econômicos, tanto do país de origem como o do destino destas gentes.

Com os lituanos não foi diferente, os arranjos que precisaram realizar para se manterem como agrupamento com laços culturais e valorativos comuns foram aparecendo na medida que se percebia a inadequação destes para a sobrevivência no Brasil. Inadequação, uma vez que muitos não estavam preparados para encontrar as dificuldades que encontraram e não estavam, ainda, unidos o suficiente para manter a identidade desta nacionalidade e fundamentar as bases da colonização no Brasil.

Justamente essa inadequação é o nó górdio que queremos desatar com a pesquisa que ora apresentamos, pois a investigação deve permear não só os dados estatísticos e objetivos, mas a partir deles revelar o sentido da emigração para os diferentes povos, e aqui, sobretudo para os lituanos e de como se deu o processo de reorganização social dos pares da longínqua região do Nemunas no Brasil.

A emigração aqui entendida dentro da dinâmica econômica do século XIX, como o processo anterior à saída do habitante de sua terra natal e toda a preparação para a partida e manutenção dos vínculos pátrios ou não – dependendo do caso analisado. Resgatar esse aspecto se torna relevante no caso lituano devido às especificidades, ou seja, do espontaneísmo e engodos à estruturação do “Departamento de Emigração “ e conseqüente incentivo “a emigração, mas da forma organizada e atraente para o lituano simples e rústico que vivia em condições precárias desde o pré- guerra. Relevante, ainda, afirmar que a esta emigração estão ligadas as esperanças subjetivas, os projetos pessoais, as idiossincrasias familiares que se emaranharam no fluxo emigratório europeu e que sem dúvida alimentou ações desonestas e interesses econômicos. O olhar distante neste sentido sobre aquele que emigrou é por demais importante para entendermos a reavaliação do processo, desde como se deu até seus resultados para os agora imigrantes e para a terra que vieram a habitar ao se espalharem pelo mundo.

A visão dos sujeitos-emigrantes, quando sujeitos-emigrantes é condição *sine qua nom* para pontuarmos as diferenças entre o sonho e a realidade e indagarmos qual a vinculação deste distanciamento com os projetos e teorias sociais dominantes no século XIX, ou seja, a história da vida anterior a emigração e a tentativa de alguma forma, individualmente ou em grupo, se estabelecer no Brasil, explica e fundamenta como de fato foi a fixação e o tornar-se imigrante – imigrante, considerado como aquele que está no território onde deverá trabalhar, morar e se envolver superficialmente ou não com os ditames culturais desta nova nação, isto é, quando o emigrante vai tornando-se o imigrante.

As colônias que se formaram no Brasil, principalmente em São Paulo, são exemplos da nossa afirmação anterior. Na construção de uma identidade imigrante elaboraram novos pressupostos para se manterem unidos, desde a resistência linguística até as áreas sociais como clubes e associações. Ao perceberem a necessidade de agremiações, unidades escolares, percebem-se estrangeiros com impedimentos à realização do sonho da terra própria, arada e cultivada. Este período, como mostraremos, é de suma importância para se entender o que acima foi considerado como inadequação, já que só o grupamento pôde apropriar o povo lituano emigrante a sua nova condição de imigrante e por isso estabelecido dentro das condições geo-historicamente dadas do novo território.

Ir além do simples relato para a compreensão de que o processo de emigração-imigração lituano foi rico e expor suas características e abrangência histórica, geográfica e social é nosso objetivo.

## **Capítulo I – Brasil: o imigrante e o café**

## As migrações transoceânicas

Durante o século XIX e inícios do XX a Europa forneceu às regiões temperadas do mundo milhões de imigrantes que se estabeleceram nos EUA, Canadá, Austrália em condições altamente propícias ao desenvolvimento econômico. Nos EUA a "homestead law" de 1862 concedeu 62 hectares a cada família que se estabelecesse na agricultura. Na América Latina as condições de implantação não foram tão favoráveis, dada a estrutura econômico-social latifundiária-escravista. A inserção dos imigrantes europeus num país latifundiário como o Brasil facilitou-lhes a ascensão econômica e social, mas limitou-se a longo prazo sua força de expansão, amarrando-os à estrutura atrasada e subdesenvolvida preexistente.

Na segunda metade do século XIX aprofundaram-se na Europa as relações capitalistas na indústria e na agricultura. A esmagadora maioria dos europeus imigrantes eram lavradores que perderam suas terras e que tentavam retornar à condição de proprietários rurais. Essas partidas maciças esvaziaram a vida econômica de inúmeras regiões agrícolas, estimulando nelas saídas de artesãos e comerciantes como F. Matarazzo, comerciante em Castellabate, na Campania; A. Pereira Ignácio, filho de sapateiro de Baltar; Viana do Castelo; J. Palermo, sapateiro em Trechina, Calábria, etc. As sucessivas concentrações industriais do capitalismo europeu expulsaram do mercado artesãos, operários e pequenos empresários que vieram refazer suas vidas nas áreas de imigração. As perseguições étnicas na Europa oriental provocaram as saídas dos Klabin, comerciantes de papel na Lituânia; P. R. Robell, diretor de fábrica de artigos de borracha em Budapeste; D. Kopenhagen; M. Schwartzmann, etc. ARMEN MAMIGONIAN (1974).

## A imigração no Brasil

A imigração para o Brasil intensificou-se a partir de 1850, quando cessou o tráfico de escravos. A maior parte dessa vinda de imigrantes para o país esteve ligada à necessidade de mão-de-obra para a lavoura cafeeira e foi uma iniciativa do Estado e de fazendeiros.

Antes de 1850 já ocorrera, mas em pequeno número, a vinda de imigrantes para o Brasil. Desde o período joanino tem-se introduzido imigrantes europeus, não portugueses, tendo em mente principalmente o povoamento de vastas áreas desabitadas com um tipo humano semelhante ao camponês europeu, policultor em pequena propriedade. Já na década de 1820, aparece a dicotomia entre as formas de utilização do imigrante no país: o braço

para a grande lavoura em substituição ao escravo e a sua localização em pequenas propriedades.

Durante toda a história da imigração para o Brasil, se encontram essas duas tendências ou se chocando ou coexistindo pacificamente, conforme os interesses dos homens que estavam no poder. Esses, conforme os interesses dominantes, procuram introduzir imigrantes, ou como braços para a grande lavoura, como é o caso de São Paulo e de Minas Gerais, ou para os núcleos coloniais, a exemplo dos três Estados sulinos.

Com a proclamação da República visando dinamizar a vinda de imigrantes europeus, tentou-se pôr a colonização e a imigração debaixo da tutela dos Estados, obedecendo aos desígnios do federalismo que considerava o poder central incompetente para atender às necessidades regionais e locais. Estados com recursos suficientes para atrair imigrantes lucraram com essas medidas, como é o caso de São Paulo.

O fim da Primeira República coincide, por sua vez, com um momento decisivo no movimento migratório, não só em termos nacionais, como internacionais. Há uma série de indícios de que, antes das restrições dos Estados Unidos e do Brasil com relação à corrente imigratória, essa já estava em franco declínio. Por volta de 1930, a tendência mais que secular dos povos europeus para a emigração transoceânica diminuía de maneira geral. Em 1927, por exemplo, o número de migrantes europeus com destino a áreas internas da própria Europa superava a que procurava terras transoceânicas. E na década de 1930, pela primeira vez na história moderna da Europa, a população cresce devido às migrações internas, como é o caso, por exemplo da França que em 1931 contava com mais de 2.000.000 de imigrantes. Assim, uma tendência dos países emigratórios vem de encontro à política de restrições instituída primeiro pelos Estados Unidos, depois seguida por outros países, como o Brasil. Já em dezembro de 1930, Getúlio Vargas emite um decreto que impunha uma limitação à imigração, procurando, disciplinar "a afluência desordenada de estrangeiros", que seria responsável pelo desemprego verificado entre as populações urbanas. Ao mesmo tempo, obriga-se as empresas a terem pelo menos dois terços de empregados brasileiros natos. -

As Constituições de 1934 e 1937 reservam para o Governo Federal o serviço de imigração e colonização, voltando-se, portanto, à centralização já verificada durante o Império. Estabelecem igualmente o sistema de quotas, limitando-se a imigração ao máximo anual de 2 % dos imigrantes de cada nacionalidade chegados nos últimos 50 anos.

Um mês após a proclamação da República, o governo provisório, atendendo aos interesses da imigração, decreta sejam considerados cidadãos brasileiros todos os estrangeiros aqui residentes a 15 de novembro e aqueles que tiverem residência no país por dois anos.

A sistemática instituída desde o Império é mudada com a Constituição de 1891 que passa o domínio das terras devolutas para os Estados e pela lei

orçamentária de 1894, pela qual imigração e colonização são atribuição dos Estados, como queriam os federalistas que lutavam pela descentralização desses serviços.

Em decorrência dessa medida e da extinção da Inspetoria de Terras e Colonização, os últimos anos do século e os primeiros do seguinte não se revelam nada favoráveis quanto à imigração. Nessa época, devido aos problemas financeiros com os quais a União lutava e, talvez devido à pressão dos interesses paulistas, foram rescindidos inúmeros contratos com a criação de núcleos coloniais, tais como os da Companhia Metropolitana, da Companhia Colonização e Indústria de Santa Catarina etc. Rescindidos esses contratos, cessou qualquer responsabilidade do Governo Federal para com a colonização, não vindo, a partir de 1902, imigrantes com passagem subsidiada pela União. O Rio Grande do Sul conseguiu arcar com as obrigações advindas dessas alterações. Santa Catarina e Paraná entretanto, não podendo assumir compromissos financeiros para atrair imigrantes e instalá-los, tiveram que pôr à disposição do Governo Federal, em 1907, as terras devolutas necessárias para a criação de núcleos coloniais.

A partir de 1907, entretanto, o Governo da União tomará uma série de medidas para promover a imigração e colonização, já que a maioria dos Estados não podia fazê-lo, ou por falta de meios ou por ausência de uma infraestrutura que os pudesse apoiar nesses serviços. O então Ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida tomou uma série de medidas que deviam promover a imigração, inclusive dando instruções, por portaria de 21 de dezembro de 1907, para que fundassem núcleos coloniais e se introduzissem imigrantes por conta da União. Anteriormente, o governo, a 19 de abril, tinha baixado decreto permitindo a intervenção da União nos serviços de imigração, criando as bases regulamentares do Serviço de Povoamento do Solo Nacional. Logo em seguida, por decreto de 16 de maio, organizou a Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. Assim, depois de uma experiência frustrante em que os Estados deviam assumir a responsabilidade de atrair imigrantes e criar núcleos coloniais, a União foi obrigada a intervir outra vez no processo. O número de imigrantes aumentou a partir de 1908 para atingir seu ponto mais alto desse século em 1913, quando chegaram ao Brasil 192.683 imigrantes. Apesar da intervenção do Governo Federal, principalmente com meios, no processo de imigração, esse continua vinculado à administração estadual.

## Os imigrantes no Brasil : números e nacionalidades

De 1890 a 1929 entraram ao todo no Brasil, 3.523.591 conforme apontaram ARTHUR HEHL NEIVA e J. FERNANDES CARNEIRO em publicação de 1950, citados por Maria Tereza Schorer Petrone (1990) sendo que na primeira década do período em apreço vieram 1.205.703; na década de 1900, aliás a menos significativa quanto à imigração, a cifra baixou para 649.898. Durante a década em que houve a Primeira Guerra chegaram 821.522 imigrantes, para na seguinte se registrarem 846.522. O ano em que mais imigrantes se registram em toda a História é 1891: 216.110 cifra que, entretanto, pode ser considerada irrisória comparada a correspondente a certos anos dos Estados Unidos, onde, por exemplo, entraram de 1905 a 1907, anualmente, mais de um milhão de imigrantes.

Em alguns períodos o Brasil conseguiu atrair mais imigrantes, 1895/1897, quando o número anual foi sempre superior a 145.000; os anos de 1911/1913 em que o número oscilou entre 135.000 e 192.000 anuais. Na década de 20 temos uma terceira fase com grande imigração nos anos de 1923 a 1927, mas somente em 1926 a cifra ultrapassa os 100.000 imigrantes. Mais de um terço dos imigrantes entrados no Brasil no período em questão eram italianos. Em seguida vêm os portugueses com 1.030.666 pessoas e os espanhóis com 551.385. Entraram ainda 112.593 alemães, 79.052 austríacos, 86.577 japoneses, 108.475 russos, 73.690 sírio-libaneses, além de outras nacionalidades como poloneses, tchecos, lituanos, húngaros, suíços, japoneses etc.

Nas últimas décadas, o Brasil deixou de ser um mercado de trabalho atraente para imigrantes das regiões mais pobres da Europa, que preferem se fixar nas regiões mais prósperas de seu continente. A maior parte dos imigrantes recentes, relativamente pouco numerosos, vieram predominantemente da Coréia do Sul e de países sul-americanos.

## O imigrante em São Paulo

*Braços para a lavoura* - esse foi o *slogan* que orientou a política de imigração de São Paulo, a partir do declínio da escravatura até a Grande Depressão. As atividades imigratórias de São Paulo começaram muitos anos antes do fim da escravidão, e bem antes de se estabelecer por completo o sistema político republicano descentralizado, em 1891. Já em agosto de 1871, antes da assinatura da Lei do Ventre Livre, o presidente da Província reuniu vários financistas e fazendeiros para formar a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, com o propósito de “facilitar para nossos

fazendeiros que desejassem admitir trabalhadores imigrantes e autorizavam um apoio financeiro de até 900 contos de réis para tal fim. Em novembro de 1871, a Associação contratou a entrada de 15.000 trabalhadores, mas pelo fim do período apenas 480 pessoas tinham chegado pelo programa. O contrato para 15 000 imigrantes foi então estendido por cinco anos, e de 1875 a 1879 houve o registro da entrada em São Paulo, de 10.455 pessoas. Este aumento em relação ao período anterior era apenas uma gota, comparado à crescente demanda de força de trabalho na zona cafeeira.

Em dezembro de 1881, a Assembléia Provincial organizou uma comissão para planejar uma hospedaria que recebesse os imigrantes. Nicolau de Souza Queiroz, membro de uma das importantes famílias proprietárias de terras do planalto ocidental, foi encarregado do serviço de imigração e naquele mesmo ano o governo da Província adquiriu um prédio no bairro do Bom Retiro, na Capital. Embora o prédio fosse remodelado em 1883, tinha capacidade para apenas quinhentas pessoas, e sua localização era inconveniente, longe das ferrovias existentes. Em 21 de março de 1885 a Assembléia Provincial autorizou uma verba de 100.000 mil-réis (100 contos de réis) para a construção de uma nova hospedaria e uma comissão especial escolheu um ponto de junção das estradas de ferro que penetravam na cidade de São Paulo, vindas do Rio de Janeiro e Santos, rotas pelas quais entravam na Província virtualmente todos os imigrantes. A construção do novo prédio iniciou-se em junho de 1886. Em julho de 1887, com parte ainda em construção, a Hospedaria dos Imigrantes começou a receber os que chegavam. Quando foi completada em 1888, a nova hospedaria tinha capacidade para quatro mil pessoas, e haviam sido gastos em sua construção 475.603 mil-réis, quase 476 contos. O prédio, que se tornou o ponto focal do programa de imigração de São Paulo, continua a funcionar até hoje, como centro de triagem de trabalhadores imigrantes e migrantes para o Estado.

Em meados da década de 1880, a publicidade negativa que prejudicaria o Brasil durante anos já se tornara um sério obstáculo ao maior desenvolvimento da imigração européia. Italianos retornados ao seu país haviam feito aos funcionários do governo críticas à vida em São Paulo e, em 1885, o governo italiano distribuiu uma circular descrevendo São Paulo como inóspito e insalubre e recomendando que se evitasse a emigração para o Brasil. Outro problema resultou de abusos de agentes independentes de recrutamento na Europa. O presidente da Província João Alfredo, criticou a prática corrente de pagar aos recrutadores uma soma fixa por pessoa, citando a necessidade de “afastar os especuladores que, pensando apenas nos lucros... tentam transportar o maior número de imigrantes sem se preocupar com a qualidade das pessoas que importam, e que recorrem ao pérfido incentivo das promessas impossíveis”. E prosseguindo, sugeriu a formação de uma companhia independente, “digna dos favores da Província”, que assumisse o controle do serviço de imigração. Esta recomendação tornou-se realidade em meados de

1886 com a criação da Sociedade Promotora da Imigração. A Promotora obedecia a um conceito similar ao da antiga Sociedade Auxiliadora da Colonização. Um grupo de cidadãos privados, contratado pelo governo provincial, administraria uma agência não-lucrativa com o propósito de recrutar, transportar e distribuir mão-de-obra imigrante. Enquanto a tentativa do início da década de 1870 foi, em geral, um fracasso, a de 1886 revelou-se um empreendimento cujo dia havia chegado.

João Alfredo tornou pública a necessidade de uma organização deste tipo, e ela começou a operar durante o governo de Antonio Queiroz Teles, visconde de Parnaíba. Mas o crédito pela formação e pelo sucesso da Promotora pertence em grande parte a Martinho Prado Júnior. Senhor de escravos, fazendeiro de café, com simpatias políticas republicanas, representava a zona da Mogiana - em franca expansão e sentindo falta de mão-de-obra. Foi uma figura-chave na transição bem-sucedida para o trabalho livre assalariado em São Paulo. Ele e seu irmão, Antonio, estavam entre os fazendeiros que experimentaram o trabalho livre europeu no início da década de 1870. Na década de 1880, os irmãos Prado estavam freqüentemente em evidência, tratando de vários aspectos do problema trabalhista. Martinho Prado Júnior tornou-se presidente da Sociedade Promotora da Imigração, quando constituída em julho de 1886. Os co-diretores foram Nicolau de Souza Queiroz, chefe do serviço provincial de imigração desde 1881, e Rafael Aguiar Paes de Barros, membro de outra importante família de fazendeiros de café.

Os diretores da Promotora iniciaram imediatamente suas atividades promocionais. Uma das primeiras realizações foi a publicação de uma brochura, pormenorizando as atrações de São Paulo. O folheto, com sessenta páginas, foi publicado por subvenção do Ministério de Agricultura do Império, ocupado na ocasião por Antônio da Silva Prado, irmão de Martinho. Tinha uma capa de colorido brilhante para chamar a atenção e um grande mapa desdobrável de São Paulo nas páginas finais. Oitenta mil cópias foram impressas em português, alemão e italiano. O texto, sempre que possível, fazia comparações favoráveis com a Argentina, Estados Unidos e países europeus. Não havia menção a problemas raciais ou à existência, ainda, de escravidão, mas se assinalava cuidadosamente que em São Paulo “a maneira de vestir, mobiliar as casas, alimentar-se e, em geral, todos os costumes, são europeus.” O folheto arrolava as facilidades à disposição das famílias imigrantes: transporte do Rio de Janeiro ou Santos para a cidade de São Paulo, comida para até oito dias e alojamento na hospedaria, incluindo tratamento médico gratuito e transporte ferroviário igualmente gratuito para a destinação final no interior da Província. O folheto concluía que 300.000 imigrantes eram imediatamente necessários, havendo preferência por famílias e lavradores.

Além desses esforços calculados de propaganda, a sociedade assumiu a responsabilidade administrativa por todo o programa de imigração. Uma lei provincial, de 3 de fevereiro de 1887, transferiu a administração da hospedaria

recém-construída na Capital à Promotora. Martinho Prado Júnior fez uma excursão pelo norte da Itália, em 1887, a fim de estudar e instalar um escritório em Gênova, destinado a fazer propaganda da emigração para São Paulo, processar requerimentos de pagamento de subsídios e selecionar possíveis trabalhadores para as fazendas de café. O legislativo provincial aprovava periodicamente fundos para subsidiar um número específico de imigrantes, com uma cota determinada de pagamento por indivíduo. A Promotora fazia então o contrato com o governo para trazer os trabalhadores. Desta maneira, os fundos públicos eram canalizados quer para a companhias de navegação, quer individualmente para imigrantes, visando a pagar os custos de transporte.

Embora talvez os paulistas não o previssem em 1886, uma das funções mais importantes que a Sociedade Promotora acabou desempenhando foi garantir a continuidade para o programa de imigração durante todo o período de reorganização, compreendendo a queda do Império e o subsequente estabelecimento do sistema político republicano. Mesmo com o golpe de estado militar de 15 de novembro de 1889, a estrutura burocrática do Império permaneceu intacta, com interventores provisórios assumindo as funções mais altas. Iniciou-se o planejamento para reorganizar os governos das províncias (agora Estados) e da Nação, porém durante a incerta transição os procedimentos burocráticos normais ficaram às vezes mais lentos ou foram interrompidos.

A nova Constituição Federal, promulgada em 1891, deu aos paulistas a ampla autonomia que ambicionavam, e durante aquele ano o governo estadual foi reestruturado. A nova burocracia estadual absorveu muito dos velhos departamentos administrativos, enquanto outros foram desativados. Em 1892, o novo sistema estava em franca operação. A Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo foi encarregada de uma variedade de tarefas administrativas, incluindo o serviço de imigração estadual. Durante todo o período de transição final para o trabalho livre, queda do Império e organização do regime republicano, a Promotora continuou a funcionar mais ou menos normalmente. Em 1894, a Secretaria de Agricultura de São Paulo concluiu o primeiro de muitos contatos diretos com companhias de navegação. Em 1895, a Sociedade Promotora recebeu seus últimos grupos de europeus e a Secretaria de Agricultura tomou a si uma parte maior do programa. Completada a transição administrativa, alcançados seus propósitos, a Promotora se desfez no curso de 1895.

Durante a última fase do Império e começo da República, os interesses do café tinham influentes porta-vozes no governo do Brasil e o governo nacional ajudava ocasionalmente os paulistas na importação de trabalhadores. Mas a nível provincial tal afirmação não descreve de modo suficiente o poder dos fazendeiros. Da mesma forma, dizer que a classe dos fazendeiros controlava a Província, não implica que existissem alguns outros grupos de interesse dos quais eles fossem excluídos. De fato, a dominação econômica do

café era incontestável. Entre os setores proprietários da sociedade, não se questionava o direito de os fazendeiros controlarem o sistema político, e a massa de gente trabalhadora - escravos libertos, camponeses nativos e imigrantes - não tinha voz política. O governo de São Paulo era, ele mesmo, o instrumento dos fazendeiros de café. A política imigratória deve ser entendida neste contexto. A elite paulista não via a Sociedade Promotora como um grupo de interesse privado usando subsídios estatais para benefício exclusivo de um segmento restrito do corpo político. Pelo contrário, era uma extensão do ramo executivo, um aparelho administrativo especial, estabelecido em circunstâncias críticas, para servir a um propósito extraordinário. Conforme dizia, em 1893, o secretário de Agricultura de São Paulo, a Promotora “apresentou-se apenas como um poderoso auxiliar do governo, com o qual ele se propunha a contratar a introdução do número de imigrantes autorizados por lei... Da ação combinada desses dois poderosos elementos (o governo provincial e a Promotora) tem resultado o extraordinário aumento da riqueza pública e particular no Estado. A estruturação do programa de imigração de São Paulo foi bem coordenada com o paralelo declínio da escravidão. Antes de 1887, poucas fazendas haviam passado a empregar exclusivamente trabalhadores livres, e o trabalho escravo era ainda uma opção viável para muitos produtores de café. As chegadas anuais de imigrantes eram em média inferiores a 6.000 no período de 1882/1886, mas com o estabelecimento da Sociedade Promotora, a alocação de subsídios para transporte e a construção da hospedaria, a imigração elevou-se para mais de 32.000 em 1887 e quase 92.000 em 1888. Na medida em que um número crescente de europeus entrava na província, passavam a substituir os escravos antes da Abolição. Segundo relatos contemporâneos, a transição para o trabalho livre nas fazendas se deu de modo mais suave do que seria de esperar. A safra de café de 1888, colhida nos meses imediatamente após a lei de Abolição, foi maior do que a colheita precedente ou subsequente no oeste paulista.

Era apenas o começo. Se 1889 ao início do século seguinte, chegaram quase 750.000 estrangeiros a São Paulo, dos quais 80% eram subsidiados pelo governo. Da Abolição à Depressão entraram quase 2.250.000 imigrantes, comparados a uma população-base de 1.250.000 habitantes em São Paulo, em 1886. Cerca de 60% dos imigrantes daquele período foram subsidiados pelo Estado. A imigração para São Paulo representou, sozinha, 56% dos 4.100.000 imigrantes que entraram no Brasil de 1886 a 1934.

Não havia migração anual, em larga escala, de trabalhadores na colheita de café para e da Europa, do tipo que caracterizou a indústria tritícola argentina. Embora as partidas de Santos refletissem apenas em parte a migração total para fora, pois algumas pessoas saíram por rotas terrestres rumo ao Rio de Janeiro, elas fornecem uma indicação elementar das tendências. Os retornos resultaram de decisões individuais combinadas, com base em motivos vários. Assim, os dados de retorno mostram muito menos oscilação do que os

totais de imigração, que eram afetados pelas decisões do governo de São Paulo, no que se refere a verbas e recrutamento, bem como pelas restrições ocasionais impostas nos países de origem.

O aumento vagaroso mas determinado nas partidas, do começo do período até a Primeira Guerra Mundial, deve ser visto no contexto do total da população imigrante residente e não num cálculo espúrio de imigração “líquida” num dado ano. Pelo fim do século, havia cerca de 500.000 imigrantes em São Paulo, e as partidas de Santos foram inferiores a 300.000, por ano. Nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial, a migração anual de saída via Santos aumentou para pouco mais de 40.000 e a população imigrante residente já devia ter superado a cifra de um milhão.

Há muito que a imigração para São Paulo tem sido identificada com os italianos. Embora seja certo que constituíam o maior grupo de uma única nacionalidade, os italianos representaram 46% de todos os imigrantes no período 1887/1930. Durante a transição para o trabalho livre e o subsequente surto cafeeiro, os italianos na verdade predominaram, representando 73% de todas as chegadas de 1887 a 1900. Do total de imigrantes italianos no período 1882/1930, 74% entraram antes de 1903.

Diferentes dialetos e lealdades regionais reforçaram a divisão norte-sul da comunidade italiana em São Paulo. Os que chegaram mais cedo tornaram-se conhecidos como *italianos*, enquanto muitos dos que vieram mais tarde foram comumente identificados como *calabreses*.

Quando os fazendeiros paulistas começaram a considerar seriamente os imigrantes como substitutos para os escravos, a economia italiana estava em estagnação. Segundo um historiador econômico, a depressão era geral por toda a década de 1880, até 1896, e “particularmente atingido ... foi o setor agrícola”. Além disso, “o período de preços em baixa não só provocou sofrimento entre os lavradores pobres e os trabalhadores agrícolas, mas a profunda depressão de 1889 a 1893 criou também privação entre os trabalhadores industriais”. Quando os recrutadores de mão-de-obra começaram a divulgar o programa paulista, em fins da década de 1880, a atração do transporte gratuito mostrou-se forte. Após receber relatórios de que as instalações de recepção eram inadequadas para atender aos milhares de imigrantes que chegavam a Santos cada semana, o ministro italiano Crispi ordenou uma interrupção no recrutamento e transporte subsidiado. As restrições vigoraram de março de 1889 até o ministério Nicotera rescindir a ordem, em julho de 1891. Ao ser suspensa a interdição, a imigração italiana atingiu os níveis mais altos até então alcançados.

Em meados da década de 1890, uma melhora nas condições econômicas da Itália coincidiu com severa crise em São Paulo, quando os preços do café caíram agudamente. Os relatos desolados de alguns imigrantes em retorno reforçam informes consulares negativos, e a emigração para São Paulo já vinha declinando por vários anos antes que o comissário-geral de emigração, senador

Luigi Bodio, emitiu um decreto executivo, em março de 1902, proibindo a emigração subsidiada para o Brasil. A forte queda na imigração em 1903 indica a importância inicial dos italianos no programa subsidiado, e a recuperação parcial depois daquele ano reflete a mudança para outras nacionalidades. O decreto *Prinetti*, como foi chamado por causa do então ministro das Relações Exteriores nunca foi revogado e constituiu um ponto melindroso nas relações brasileiro-italianas por muitos anos. Referia-se apenas à concessão de transportes gratuitos; aqueles que pagassem sua própria passagem podiam ainda emigrar à vontade. Grande número de italianos continuou a embarcar para São Paulo, mas uma família não tinha mais a oportunidade de emigrar com pequeno gasto a partir de Gênova. No início do século XX, os trabalhadores tinham uma existência pouco invejável, onde quer que fosse. A restrição Prinetti eliminava a oportunidade de alguns italianos pobres experimentarem sua sorte nas fazendas de café paulistas, como centenas de milhares de seus companheiros haviam feito nos quinze anos precedentes.

Durante o período 1887-1990 a Espanha forneceu 11 % dos imigrantes de São Paulo, Portugal 10% e outros países 6%. De 1901 a 1930, a distribuição de nacionalidades foi mais diversificada. A proporção de italianos caiu para 26%, os espanhóis subiram para 22%, os portugueses para 23% e as outras nacionalidades alcançaram 28%. Desta última categoria, o mais importante grupo de uma única nacionalidade foi de japoneses, que começaram chegando em pequeno número, em 1908, e se transformaram numa corrente contínua, depois de 1917. No período de 1911-1930, mais de 96.000 japoneses foram para São Paulo. O Japão, dessa forma, seguiu a Itália, Espanha e Portugal como a mais importante fonte de força de trabalho para as fazendas de café. A imigração alemã fora de relativa importância na década de 1870 e inícios da de 1880 e, embora alguns continuassem a vir para o Estado, pouca relevância tiveram até a década de 20, quando chegaram 28.000 alemães.

↑ Ainda durante a década de 20, entraram em São Paulo cerca de 20.000 romenos, 19.000 lituanos e quase 10.000 poloneses. Um grupo que reteve sua identificação étnica, de maneira similar à dos japoneses, foi o sírio-libanês. Enquanto o império otomano controlou o Oriente Médio este povo viajou com passaporte turco e, embora continuassem a ser chamados de *turcos* na linguagem popular, a maioria era de auto-exilados do domínio turco. Dezoito mil deste grupo entraram entre 1911 e 1920. Depois da Primeira Guerra Mundial, sua origem geográfica tornou-se mais clara. Dos 20.308 imigrantes do Oriente Médio, de 1921 a 1930, 16.253 eram da Síria, 1.740 do Líbano, 1.558 da Turquia e 757 da Armênia. Algumas dessas pessoas sem dúvida trabalharam nas fazendas de café, mas os sírios eram comumente mais identificados com o comércio itinerante de miudezas. Esses mascates forneciam grande parte dos utensílios domésticos e outras mercadorias que os trabalhadores nas fazendas consumiam.

Por todo esse período, o sistema estabelecido na crise de mão-de-obra da década de 1880 continuou a funcionar virtualmente intacto, com alguns ajustamentos em resposta a condições em mutação. Desde seu início a provisão dos custos de transporte era a chave do programa. O problema imediato, na década de 1880, era primeiro substituir os escravos e então fornecer mão-de-obra para a expansão cafeeira. Os fazendeiros mostravam compreensível relutância em subsidiar imigrantes cuja vinda pouco se ligava aos seus objetivos de plantio. O sistema estava claramente voltado para o recrutamento de trabalhadores que, por ocasião de sua partida da Europa, eram indigentes, ou quase isso. Em 1887, Martinho Prado Júnior declarava “só emigra para o Brasil o indivíduo sem recurso, extremamente assaltado pela necessidade, só o fazendo para obter passagem gratuita ou a preço reduzido “. Uma década mais tarde o secretário de Agricultura repetia o que já era do conhecimento de todos: que aqueles que pagavam a própria passagem, em geral se dedicavam ao comércio ou a outras ocupações não agrícolas, “trazendo, portanto, consumidores em vez de elementos de produção “. Sem passagens subsidiadas, prosseguia ele, “ninguém virá espontaneamente. A emigração é, quase sempre, o produto da pobreza nos países que atualmente nos fornecem imigrantes”. Referindo-se a um incidente diplomático que em 1896, provocara motins anti-italianos em São Paulo, o secretário afirmava: “A miséria da população camponesa [italiana] é tal que, ainda há pouco, durante as lamentáveis ocorrências que levaram o governo italiano a suspender a imigração para o Brasil, os emigrantes que se achavam no porto de embarque, com destino a esse país, impossibilitados de prosseguir na viagem, não tiveram recursos para regressar aos campos abandonados.” Em 1908, um cônsul italiano dizia que o imigrante trabalhador nas fazendas de café “geralmente parte para o Brasil na condição de despossuído ( *nullatenente* ).

Ao oferecer subsídios, os paulistas tornaram possível a emigração dos que estavam nos níveis econômicos mais baixos da hierarquia socioeconômica nos países de origem, mas o programa constituiu um subsídio também para os fazendeiros de café . Se os empregadores particulares adiantassem o dinheiro da passagem, os trabalhadores chegariam já sobrecarregados por uma pesada dívida. Tal dívida constituiria um desestímulo à emigração, e subsídios privados aumentavam as necessidades de capital dos fazendeiros interessados. O das áreas de fronteira, especialmente, ver-se-iam em dificuldades para custear os seus próprios trabalhadores, uma vez que tinham recentemente usado o seu capital para instalar as fazendas. Tornando o subsídio uma doação e não um empréstimo e tendo-o canalizado através do governo, os fazendeiros puderam distribuir melhor os custos. Aqueles que pagavam impostos estaduais ajudavam a pagar o programa. A aceitação não questionada e mesmo entusiástica do esquema, entre grupos de senhores de terra, mais uma vez vinha de encontro à preponderante importância do café, não só na economia regional, mas na estrutura fiscal da Província.

Pela perspectiva da elite paulista, avaliava-se a política imigratória com base nos fundos gastos. Durante os últimos anos do Império, o café representou sempre mais de 99% das exportações taxáveis de São Paulo, em termos de valor. De 1881/82 a 1886/87 o imposto de exportação (do café) fornecia 51% de toda a receita provincial, e a renda do café também contribuía de modo indireto para uma importante cota de outras fontes de receita. Durante o mesmo período, os gastos provinciais com a imigração eram equivalentes a menos de 8% de toda a receita.

A Tabela 1 mostra dados similares para o período que vai de 1892, quando a estrutura administrativa do governo estadual foi estabelecida, a 1930, quando o levante político nacional daquele ano, coincidindo com o começo da Depressão, mudou a organização fiscal e administrativa de São Paulo. Como pode ser visto na coluna E, os gastos estaduais com a imigração foram, em média, de 9% do total dos rendimentos fiscais, na primeira década do regime republicano. Em anos posteriores, a proporção oscilou consideravelmente, ficando em média acima de 5% por todo o período 1892/1930. Durante os últimos anos do Império, nos anos fiscais de 1883/84 a 1891, São Paulo gastou um total de 10.102 contos de réis com a imigração - equivalente a 4.507.400 dólares pela taxa de câmbio corrente. Quando somando essa cifra ao total na coluna G da Tabela 1, vê-se que, desde o início da sua atual política de promover ativamente a imigração até 1930, o governo de São Paulo despendeu o equivalente a cerca de 32.000.000 de dólares.

Os defensores dessa política sempre consideraram o serviço de imigração como o meio ideal de fornecer trabalhadores às fazendas de café.

Os dados das colunas C e D da Tabela 1 dão uma indicação das bases econômicas do poder político permanente dos fazendeiros de café nestes anos. Por todo o período de 1892/1930, o Estado recebeu quase dez vezes mais receita do imposto de exportação sobre o café do que gastou em todas as fases do programa de imigração. Nos primeiros doze anos da República, o imposto de exportação sobre o café compreendeu quase três quartos da receita fiscal do Estado, e embora a proporção declinasse mais tarde, o imposto de exportação permaneceu a mais importante fonte da receita fiscal de São Paulo.

**TABELA 1 - Receitas dos Impostos do Estado de São Paulo comparadas às Receitas dos Impostos de Exportação sobre o Café e as Despesas com a Imigração, 1892 - 1930**

Ano	Receita Total dos Impostos	Receita dos Impostos sobre a Exportação de Café*	C como % de B	Despesas do Estado com os Programas de Imigração*	E como % de B	E em Dólares à Taxa Corrente**
A	B	C	D	E	F	G
1892	36,452	26,553	73	1,507	4.1	362
1893	31,982	23,313	73	3,738	11.7	897
1894	34,592	25,561	74	1,220	3.5	244
1895	46,384	32,397	70	7,279	15.7	1,456
1896	41,840	29,599	71	4,645	11.1	836
1897	44,094	33,492	76	5,927	13.4	948
1898	37,549	26,026	69	2,739	7.3	411
1899	38,550	29,051	75	2,278	5.9	342
1900	38,270	29,282	77	1,129	3.0	215
1901	40,924	31,989	78	4,501	11.0	1,035
1902	33,003	24,918	76	2,094	6.3	503
1903	29,926	22,146	74	238	0.8	57
1904	33,215	24,817	75	668	2.0	167
1905	27,586	19,297	70	3,172	11.5	1,015
1906	34,830	26,195	75	2,610	7.5	861
1907	38,520	27,981	73	1,659	4.3	512
1908	32,414	22,190	68	2,001	6.2	620
1909	44,048	33,210	75	2,609	5.9	809
1910	30,665	17,470	57	3,096	10.1	1,022
1911	50,287	27,567	55	3,583	7.1	1,147
1912	60,405	36,665	61	5,949	9.8	1,904
1913	58,942	40,944	69	6,572	11.1	2,103
1914	48,985	34,760	71	3,277	6.7	950
1915	61,186	41,086	67	1,439	2.4	360
1916	59,036	33,538	57	1,769	3.0	407
1917	58,965	24,729	42	3,706	6.3	927
1918	52,123	18,266	35	2,526	4.8	632
1919	72,333	31,339	43	1,962	2.7	510
1920	77,423	28,181	36	3,492	4.5	733
1921	82,285	28,966	35	7,908	9.6	1,028
1922	89,629	29,248	33	5,787	6.5	752
1923	124,342	43,276	35	8,978	7.2	898
1924	141,965	52,544	37	16,966	12.0	1,866
1925	233,174	-----	-----	16,344	7.0	1,961
1926	235,611	128,232	54	15,407	6.5	2,157
1927	275,642	147,964	54	7,028	2.5	843
1928	273,105	119,352	44	2,639	1.0	317
1929	298,478	145,457	49	4,000	0.7	480
1930	255,625	132,550	52			
<b>TOTAL</b>	<b>3,304,388</b>	<b>1,650,151</b> ***	<b>50</b>	<b>172,442</b>	<b>5.2</b>	<b>32,287</b>

Notas: \* Em Contos de réis

\*\* Em milhares de Dólares, à taxa cambial média anual

\*\*\* Não incluídos os dados de 1.925, por não serem disponíveis.

Fontes: Coluna B: São Paulo, Departamento Estadual de Estatística, *Publicação*, pp. 11-22

Coluna C: São Paulo, Secretaria da Fazenda, *Relatório*, vários anos.

Coluna E: *Boletim do Departamento do Trabalho Agrícola*, ns. 73-74 (1932), pp. 67-68

Nos primeiros anos após sua organização, a Secretaria Estadual de Agricultura, seguindo a prática da Sociedade Promotora, assinou contratos exclusivos com companhias particulares de navegação. O primeiro desses contratos originou-se de uma lei de agosto de 1893, autorizando a importação de 50.000 pessoas, a ser contratada pela proposta mais baixa. A firma Ângelo Fiorita & Cia, que há muito negociava com a Sociedade Promotora, apresentou a proposta vencedora, pedindo cinco libras e dezesseis *shillings* esterlinos por passagem de adulto. O acordo que o Estado assinou com Fiorita, em agosto de 1894, estabeleceu o modelo para acordos posteriores, e ilustra a atenção que se dava aos pormenores, característica do programa de imigração subsidiada, os imigrantes tinham de satisfazer critérios bem definidos de sexo, idade e estrutura familiar.

Segundo os termos do acordo, a companhia devia trazer os 50.000 imigrantes no prazo de dezoito meses. Deviam ser europeus e agricultores. A exigência de que os imigrantes subsidiados fossem de formação agrícola era também uma continuação da política da Sociedade Promotora. Por todas as décadas seguintes, quase todos os imigrantes subsidiados registraram sua profissão como “agricultores”. No entanto era difícil verificar a ocupação dos imigrantes em seus países de origens e os funcionários do governo, em geral, supunham que muitas pessoas de origem urbana se apresentavam falsamente como lavradores, visando qualificar-se para a passagem grátis. Todos aqueles que entravam sob contrato deviam fazer parte de unidades familiares, cuidadosamente definidas como se segue: a) casais com menos de quarenta e cinco anos de idade sem filhos; b) casais com filhos, com ao menos um homem em idade ativa por família; c) viúvos ou viúvas com filhos, com pelo menos um homem em idade ativa por família. Membros dependentes da família que podiam ser incluídos na passagem subsidiada eram os pais, avós, irmãos solteiros e cunhados e sobrinhos órfãos do chefe da família. Mulheres casadas, que iam se reunir aos maridos já no Brasil, podiam ser escolhidas, mas primos e parentes mais distantes, não. O Estado não financiaria famílias ou imigrantes solteiros que não satisfizessem aquelas condições, os que declarassem sua intenção de se estabelecer em outro Estado que não São Paulo, ou aqueles que já tivessem anteriormente recebido passagem paga para o Brasil e mais tarde retornado à sua terra natal. A companhia comprometeu-se a repatriar, às suas próprias custas, quem não satisfizesse às exigências, dentro de trinta dias após a chegada do indivíduo ao Brasil. O Estado devia pagar passagem inteira para as pessoas elegíveis de doze anos de idade ou mais, meia passagem para crianças de sete a onze anos, e um quarto de passagem para as de três a seis anos. Crianças abaixo dos três anos de idade tinham transporte gratuito.

Entre as centenas de milhares de imigrantes trazidos depois de 1886, alguns protestaram abertamente contra as condições de superlotação e falta de higiene reinante nos navios, no porto de Santos ou na hospedaria de São Paulo. Outros acusaram a prática de fraude e maus-tratos nas fazendas. Fosse qual

fosse o verdadeiro partido ou ideologia de tais críticos, as autoridades governamentais os classificavam como *anarquistas* ou *grevistas*. Em começos de 1893, por exemplo, o chefe de polícia de Santos recebeu a informação de que alguns *anarquistas* estavam a bordo de um navio de Fiorita & Cia. contratado pela Sociedade Promotora. O Estado deportou três imigrantes depois de investigar e “verificar” as informações.

Como reação a incidentes como este e similares, os funcionários da imigração começaram a vigiar cuidadosamente tais indesejáveis, e o contrato da Fiorita, em 1894, incluía uma cláusula nos termos seguintes: “No caso de ser algum imigrante rejeitado por ser anarquista ou suspeito de fazer parte dessa associação, correrão por parte do introdutor as repatriações e quaisquer outras despesas que com tais imigrantes faça o governo ou a polícia de São Paulo.” Uma cláusula similar tornou-se padrão em contratos e leis reguladoras dos programas de imigração ulteriores. Desta maneira o Estado fazia pressão sobre as companhias de navegação para a exclusão de perturbadores potenciais antes de zarparem da Europa.

Através de uma lei posta em vigor em setembro de 1900, São Paulo fez as primeiras modificações importantes no seu programa de subsídio desde a Proclamação da República. O padrão anterior de grandes contratos exclusivos foi em grande parte abandonado. Sob a nova política, o legislativo estadual estabeleceu limites máximos para o número de imigrantes subsidiados a cada ano, e qualquer companhia que satisfizesse determinadas exigências de velocidade e condições sanitárias a bordo podia transportar quantos imigrantes quisesse, até ser alcançado o limite anual. Em vez do preço corrente de passagem, o Estado subsidiava uma taxa fixa de cinquenta francos por imigrante qualificado.

Uma vez que as companhias de navegação não financiavam mais os escritórios de inspeção em portos estrangeiros, o regulamento de 1900 fornecia uma verba estadual para as agências. Também encarregava os comissários da inspeção dos candidatos a imigrantes e de seus documentos antes do embarque, fiscalizando para que não pagassem mais do que a diferença entre a contribuição estadual de cinquenta francos e o custo total das passagens de terceira classe. Navios que zarpassem de portos onde não havia posto de inspeção podiam apresentar as listas de passageiros, passaportes e demais documentos à chegada no porto de Santos, assumindo a responsabilidade pelo repatriamento de qualquer imigrante então rejeitado. Mais tarde, o Estado assinou contratos menores com companhias individuais mas, como regra geral, o programa operou sob o sistema de competição franca e subsídios parciais a partir do início do século.

Os subsídios para transporte propiciaram ao Estado considerável controle sobre as ocupações que os imigrantes deviam exercer depois da sua chegada a São Paulo. Era menor o controle sobre aqueles que chegavam por conta própria. Nos primeiros anos não houve muita preocupação com a

destinação final dos poucos estrangeiros não-subsidiados. Após o início do século, parcelas crescentes de novos indivíduos pagavam seu próprio transporte, enquanto a hospedaria permanecia a serviço do programa governamental. Nos quatorze anos decorridos entre 1908 e 1921, por exemplo, entraram pelo porto de Santos 206.483 imigrantes subsidiados, dos quais 98% foram diretamente para a hospedaria em São Paulo. Dos 359.167 imigrantes não-subsidiados que vieram também por Santos no mesmo período, menos de 23% foram acolhidos na hospedaria; os restantes 278.242 recém-chegados seguiram seu caminho sem a tutela estadual. Embora seja provável que muitos deles tenham acabado trabalhando por algum tempo nas fazendas do café, é seguro que outros se incorporaram ao crescente mercado urbano de trabalho, especialmente na cidade de São Paulo.

Com a queda da imigração estrangeira durante a Primeira Guerra Mundial, o fluxo de trabalhadores de outras partes do Brasil chegou a ser relativamente importante. De 1914 a 1929, um quarto de milhão de migrantes internos passaram pelo sistema de governo de São Paulo, um número equivalente a 40% do total de imigrantes estrangeiros naqueles anos. Muitos outros migrantes entraram no Estado sem passar pelo escritório de trabalho. A imigração não-subsidiada do exterior também se tornou cada vez mais importante. Em 1914/27, apenas 40% dos imigrantes de São Paulo foram subsidiados, comparados aos cerca de 85% na década de 1890. As novas fontes de mão-de-obra tornaram o programa de subsídio menos necessário do que nos primeiros anos e cresceu nos círculos governamentais o apoio à interrupção da política de subsídio. Os funcionários estaduais também se queixavam de que os gastos com os programas de imigração excediam cronicamente as somas originalmente reservadas no orçamento. Finalmente, em fins de 1927, o Governador Júlio Prestes abruptamente declarou que o governo não mais pagaria subsídios de transporte de outros países para São Paulo. O serviço de imigração continuou a operar o posto de inspeção de Santos e a hospedaria na capital do Estado, e os trabalhadores ainda podiam usar a agência de trabalho ligada à hospedaria. Alguns japoneses e migrantes internos continuaram a chegar sob programas de subsídio já combinados, mas a política geral de passagem transoceânica antecipadamente paga terminou em 1928.

Desde a década de 1880, os fazendeiros de café paulistas tinham se acostumado a fontes de mão-de-obra facilmente disponíveis; por isso continuaram a esperar que o Estado importasse milhares de trabalhadores a cada ano, por conta da receita pública, independente de condições orçamentárias ou flutuações no mercado de trabalho rural. Antônio de Queiroz Teles, homônimo do pioneiro do programa de imigração que superintendeu a construção da hospedaria de imigrantes em 1886/87, tornou-se um crítico eloqüente do corte de subsídio; seus argumentos ilustram a reação dos fazendeiros. Num artigo para a revista da Sociedade Rural Brasileira, Teles

alegava que “essa brusca resolução do governo veio encontrar nossa lavoura inteiramente desprevenida de braços e não preparada para, de algum modo, suprir de pronto a falta de novos contingentes de imigrantes que sempre lhe foram assegurados, durante mais de quarenta anos“. E repetiu o refrão familiar sobre o papel da lavoura cafeeira na economia regional: “É fato notório que a renda estadual de São Paulo provém, em maior parte, do imposto de exportação do café ... Não podemos deixar de reconhecer que o nosso principal produto agrícola é o esteio dos orçamentos estaduais. Se o café contribui com tão elevada quota para a satisfação das necessidades públicas, seria natural que dessa renda fosse destinada ao serviço imigratório, em seu benefício uma porcentagem, seja de 10 ou mesmo 5% .“

Em fins da década de 1920, com a proporção do imposto de exportação de café caindo na receita do Estado e as fontes não-subsidiadas de trabalhadores crescendo, tais argumentos se tornavam cada vez mais vazios. A tradição de quarenta anos era um enredo de sucesso do ponto de vista da elite agrária, mas nessa altura os funcionários estaduais concluíram que a argumentação dos fazendeiros de café já não era válida. As fontes de trabalhadores mudaram da dependência inicial da Itália para origens mais diversificadas, inclusive Japão, norte do Brasil e o crescente conjunto de força de trabalho da própria Capital do Estado. Mesmo depois que os subsídios de transporte diminuíram de importância e desapareceram, o programa estadual continuou a fornecer trabalhadores para o planalto ocidental. O colapso da economia internacional atingiu São Paulo duramente logo após o término do programa subsidiado. Quando o mercado mundial de café afundou, os cálculos anteriores mudaram. Cafezais mais velhos foram abandonados, as necessidades de mão-de-obra caíram, os fluxos de imigrantes diminuíram (bem antes que fosse instituído pelo governo federal o sistema de cota de origem nacional, em 1934) e a economia regional entrou num período de retração. A história se encarregou de superar o complexo programa de São Paulo para recrutar, transportar e distribuir mão-de-obra. A investida da Depressão tornou inteiramente anacrônica a revitalização do programa. THOMAS H. HOLLOWAY (1984)

### ***O imigrante na fazenda de café: o contrato de trabalho***

Uma das características do sistema paulista de imigração era o contrato de trabalho na fazenda de café. O imigrante em geral era contratado pelo próprio fazendeiro na Hospedaria dos Imigrantes. O contrato de trabalho na fazenda de café paulista consistia no pagamento anual de uma certa quantia por cada mil pés de café cuidados, geralmente com quatro carpas anuais, sendo esse pagamento feito quase sempre parceladamente, depois das carpas. O colono ainda recebia uma quantia estipulada por alqueire (medida) de café

colhido. A primeira retribuição era fixa e não dependia do preço do café, a segunda, às vezes, sofria as interferências do preço do produto.

O que tinha uma importância extraordinária no sistema de trabalho nas fazendas paulistas era, entretanto, a possibilidade de plantar produtos de subsistência entre os cafeeiros e a obtenção de um pedaço de terra com essa finalidade, além de um pasto para alguns animais. Pelos relatos da época se percebe a importância que o imigrante dava à possibilidade de poder ter culturas de subsistência e vender excedentes. No início da grande imigração para São Paulo os fazendeiros não queriam que os colonos fizessem as culturas de subsistência. Com o tempo, entretanto, percebendo que isso era um desestímulo para os colonos, desistiram e, não raro, passaram a comprar os excedentes da produção. Era uma forma de conceder ao imigrante mais incentivos econômicos sem, no entanto, terem que desembolsar somas maiores. Para o imigrante, maiores rendimentos eram de suma importância já que, em geral, sonhava em poder se instalar um dia em terra própria.

### ***A instabilidade da mão-de-obra na fazenda de café***

Uma das características do sistema de trabalho de São Paulo foi sempre a grande mobilidade do imigrante - muitas vezes causada por condições mais favoráveis para fazer as culturas de subsistência em outra fazenda. Em condições não satisfatórias, o colono abandonava a fazenda à procura de melhores oportunidades para fazer suas culturas de subsistência. Cafezais velhos, já muito fechados e pedaços de terra imprópria afugentavam os imigrantes, ao passo que fazendas com terras boas e cafezais novos eram muito procurados. Assim, no início do século, os imigrantes italianos preferiam as fazendas de Jaú e Ribeirão Preto, em detrimento das zonas mais antigas, como Campinas.

Em geral todos os membros da família do imigrante trabalhavam, o que contribuía para aumentar sua renda, sendo que, em geral conseguia mais alguma retribuição por serviços outros prestados na fazenda. Calculava-se geralmente de 2.000 a 2.500 pés de café por homem e 1.000 por criança e mulher; assim, uma família podia, não raro, chegar a cuidar de 12.000 a 14.000 pés de café. Se o aumento do consumo de café no mundo foi o responsável pela rápida expansão dos cafezais e, portanto, pela atração de sempre mais imigrantes, a partir de certo momento, o avanço dos cafezais para o Oeste foi comandado pela demanda dos colonos por plantações novas, mais produtivas, onde pudessem intercalar culturas de subsistência e pela existência de terras boas especialmente destinadas a tais culturas. Assim, também os desejos dos imigrantes podem ser considerados os responsáveis, até certo ponto, pelo avanço da frente pioneira, onde se podia colher mais café e mais produtos de subsistência. As fazendas que dispunham de cafezais novos eram as mais

procuradas, já que com um só trabalho aí se cuidava do cafeeiro e das culturas de subsistência intercaladas. As preferências dos imigrantes vinham ao encontro das vantagens que os próprios fazendeiros percebiam nessa situação, que não desviava a força de trabalho do cafezal. Como depois de alguns anos o cafezal ficasse muito fechado, impedindo essa cultura intercalar, os fazendeiros sempre procuravam ter cafeeiros novos enfim de oferecer melhores condições para atrair colonos.

A instabilidade da mão-de-obra na fazenda de café não se deve, entretanto, somente às condições de trabalho, à impontualidade de pagamento, ao mau tratamento dispensado pelo fazendeiro, à possibilidade de fazer mais ou menos culturas de subsistência. A natural ânsia de melhorar de vida fazia com que muitos imigrantes, principalmente os de origem urbana, abandonassem a fazenda e se instalassem em cidade onde poderiam participar de um incipiente processo de industrialização ou se dedicar ao comércio. Além da atração da cidade sobre o colono, a obtenção de um lote de terra é a razão mais forte do abandono da fazenda. O sonho de serem donos de um pequeno lote de terra geralmente se torna possível graças a duras economias feitas durante a estada na fazenda de café. Repatriamento e re-emigração também são fatos que não devem ser esquecidos nesse contexto. O próprio Estado dava apoio financeiro aos que se quisessem repatriar.

### ***As condições de vida na fazenda de café***

Na bibliografia, quer histórica quer de relatos de viajantes e informantes, e mesmo na de tipo panfletário, as condições de trabalho nas fazendas de café paulistas, para onde afluía a maior parte dos imigrantes chegados a São Paulo, têm sido apresentadas ora com muito otimismo, ora com pessimismo exagerado.

Os pessimistas relatam as péssimas condições de trabalho, a vigilância de tipo escravocrata que o fazendeiro queria impor sobre a vida do colono, o isolamento, a ausência de assistência médica e espiritual, a falta de escolas, etc. As moradias fornecidas pelos fazendeiros também são muito criticadas. Fazendeiros de mentalidade ainda escravocrata impondo multas para uma série de, assim consideradas, faltas dos imigrantes, são referidas constantemente. Aliás, nos primeiros tempos os fazendeiros achavam que com um endividamento seria mais fácil prender o colono à fazenda. Houve, inclusive, tentativas por parte dos fazendeiros de fazerem acordos entre si para que nenhum admitisse colonos que não pudessem provar terem saldado suas dívidas. Na área de Piracicaba, por exemplo, os fazendeiros do Rio das Pedras resolveram em 1895 fazer um acordo para só admitirem colonos provenientes de outras fazendas, depois que o fazendeiro recebedor dos colonos tivesse pago as dívidas do mesmo. Além disso, o fazendeiro teria que pagar ao

primeiro patrão do imigrante a quantia de 50\$000 a título de indenização pelas despesas feitas com a aquisição de cada família de colono, caso essa abandonasse a fazenda antes de decorrido um ano.

As vendas das próprias fazendas onde, devido às grandes distâncias de núcleos urbanos, os colonos eram obrigados a fazer suas compras, eram um constante ponto de atrito, já que os preços fixados arbitrariamente, contribuíam para o endividamento do imigrante.

Além das condições de trabalho, de moradia etc., se crítica não raro a renda que uma família podia conseguir. São muitas as queixas sobre o isolamento social e cultural a que os colonos das fazendas de café estavam sujeitos. As grandes distâncias entre uma fazenda e outra e entre a fazenda e o núcleo urbano dificultavam os contatos e fazia com que os colonos não raro se sentissem profundamente insatisfeitos e deprimidos devido à ausência de satisfações espirituais, culturais e sociais.

Quanto às condições de trabalho e de vida nas fazendas de café paulistas pode-se distinguir nitidamente duas fases: A primeira vai até o primeiro quinquênio ou decênio deste século em que se procurou aliciar primeiramente o italiano, depois o espanhol e o português, para no fim desta fase, em decorrência da diminuição de imigrantes de origem européia, se procurar atrair o japonês. É a fase em que se subsidia grande parte da imigração. É a fase dos grandes atritos entre colonos e fazendeiros. A formação do fazendeiro, saído de um quadro econômico e social escravocrata, impede que ele compreenda os reais anseios dos trabalhadores livres e a necessidade de modernização nas relações sociais e de trabalho. Não compreende as forças de modernização que o imigrante traz consigo: a necessidade de escolas, de assistência médica e jurídica, de maiores contatos com o mundo. As lutas entre as duas partes por vezes são extremamente violentas e, até certo ponto, se repetem mais tarde com os japoneses.

A segunda fase se caracteriza por uma melhor adequação entre os interesses e necessidades dos fazendeiros e imigrantes. Além da diminuição da corrente imigratória que se faz sentir nos começos do século, desenvolve-se uma organização institucional que intervém nas relações de trabalho, afastando uma série de pontos de atrito entre colono e fazendeiro. Graças a essa organização institucional diminuem no fim da primeira década do século as críticas que se faziam ao sistema de trabalho nas fazendas de café paulistas.

## ***O sucesso do sistema paulista***

Apesar das queixas, dos atritos, das proibições, de emigração subsidiada pela Itália e Espanha, o sistema de trabalho implantado nas fazendas de café paulistas foi um sucesso. A produção de café, depois da introdução em massa de imigrantes, aumentou tremendamente, milhões de pés de café foram plantados, chegando-se a crises de superprodução que exigiram a intervenção do Estado para impedir a derrocada da economia cafeeira. Em 1890/91 havia em São Paulo 200.000 cafeeiros produzindo, em 1904/05 eram 688.845.410, sendo que em 1929/30 a cifra ultrapassa um bilhão. A colheita em 1890/91 foi de 3.050.125 sacas, em 1904/05 de 7.280.162 e no ano agrícola de 1929/30 de 19.489.712. Essas cifras por si só mostram os resultados e o sucesso da mão-de-obra estrangeira importada durante a Primeira República para as fazendas de café.

Qual seria a causa do sucesso da imigração para o Estado de São Paulo? Para muitos as causas do sucesso teriam que ser procuradas nos incentivos de caráter econômico que os imigrantes encontravam nas fazendas de café e não nas sanções restritivas e coercitivas impostas pelos fazendeiros. Talvez uma outra razão do sucesso da mão-de-obra imigrante na fazenda de café seja a sua grande mobilidade. A procura de melhoria econômica e social tornam esses "homens sem paz" extremamente móveis. Pagamento melhor, cafezal mais produtivo, entre outras razões, eram os responsáveis pela instabilidade dos braços nas fazendas.

Devido às condições inerentes ao sistema de trabalho da fazenda de café paulista e por causa dos incentivos econômicos nele contidos, há uma constante pressão do mercado de trabalho para dirigir a frente pioneira. Não raro, por exemplo, imigrantes italianos, depois de terem trabalhado em fazendas paulistas, voltam para a Itália para, em seguida, retornarem para o "país das fazendas" ou se dirigem para os Estados Unidos ou Argentina. Além disso, urbanização e industrialização desempenharam papel importante no Estado de São Paulo, sem esquecer a possibilidade de se tornar proprietário de terra.

Convém não esquecer que o imigrante aparecerá também no meio urbano, onde participará do incipiente processo de industrialização, apesar de os fazendeiros o quererem apenas como mão-de-obra rural. Ao que parece, grande parte da imigração não subsidiada para São Paulo se destinava aos centros urbanos.

## ***O imigrante e a pequena propriedade em São Paulo***

Tem-se dito muitas vezes que a imigração em massa para São Paulo foi a responsável pela manutenção da grande propriedade monocultora com todas as suas implicações econômicas e sociais que, não raro, apresentam características arcaicas. O imigrante, entretanto, também foi agente de mudanças mais modernizadoras. Uma das razões da instabilidade dos colonos nas fazendas era o sonho de se tornar dono de um pequeno pedaço de terra. A possibilidade de um dia se tornar proprietário de terra foi uma das molas propulsoras do processo migratório para o Brasil. Na Europa, o acesso à terra nem sempre era fácil, e esperava-se que na América e, principalmente, no "país da fazenda" o fosse mais. O imigrante que vinha para São Paulo acreditava que depois de alguns anos de trabalho na fazenda de café pudesse comprar seu pedaço de terra. Como é sabido, já em 1828 tentou-se criar em São Paulo um núcleo colonial baseado na pequena propriedade. Os resultados entretanto, foram insatisfatórios, o que, em geral, também vai ser o caso para tentativas posteriores. O fracasso se explica pela localização desses núcleos em áreas pouco férteis e à margem do império do café, com vias de comunicação extremamente precárias, como é o caso do vale do Ribeira. A administração de São Paulo - é óbvio, sempre nas mãos de fazendeiros - nunca se interessou muito pela criação desses núcleos coloniais, não lhes dando o apoio necessário para que pudessem ter sucesso.

Na realidade, a pequena propriedade surgiu devido à pressão do imigrante e apesar da vontade do fazendeiro de café. Estabeleceu-se em São Paulo uma verdadeira luta entre os adeptos da criação de núcleos com pequena propriedade e os latifundiários que só pensavam em drenar o imigrante para o cafezal.

Em São Paulo, a pequena propriedade surge com objetivos completamente diferentes dos do Sul do país e se integra numa realidade diferente, ou seja, no sistema latifundiário, monocultor de exportação. Na realidade, também a formação da pequena propriedade em São Paulo é presidida pelo "rei café". A necessidade de fixar braços com os quais pudesse contar por ocasião das colheitas faz com que o fazendeiro divida uma parte de suas terras em lotes a serem vendidos aos imigrantes. Trata-se em geral de terras não próprias para a cultura do café. O fazendeiro também pode destinar as terras nos limites de sua propriedade para esse fim. Trata-se de fenômeno não raro, mas dificilmente mensurável.

A pressão do imigrante para a obtenção de terras vem ao encontro da desagregação do sistema de exploração representado pela grande propriedade. O ciclo curto do sistema, devido ao rápido esgotamento do solo, e as crises econômicas provocam o gradual abandono das fazendas não mais lucrativas,

dando lugar ao retalhamento sistemático das fazendas de café em áreas mais antigas. A rápida urbanização do Estado, possibilitando o aparecimento de um mercado consumidor apreciável, criou a necessidade de culturas de produtos de subsistência que em geral não podiam ser realizadas na grande propriedade. Os arredores das cidades sofreram assim retalhamento, o café dando lugar às culturas de subsistência mantidas por imigrantes. Além disso, a venda de terras torna-se um bom negócio.

Os ideais que nortearam as tentativas oficiais de criar núcleos coloniais de pequenas propriedades estavam sempre ligadas ao fato de que esses deviam atrair mais imigrantes, além de formarem um reservatório de braços e dedicar-se à policultura. Trata-se, portanto de iniciativas que conciliam os interesses dos fazendeiros com os dos imigrantes. No mapa inserido na "Revista de Imigração e Colonização" de 1940 são arrolados, desde a criação do núcleo em Santo Amaro, em 1828, 32 núcleos coloniais em São Paulo, sendo que os fundados durante o Império eram de iniciativa do governo central, ao passo que os instalados durante a República, 15 ao todo, o foram pelo governo do Estado.

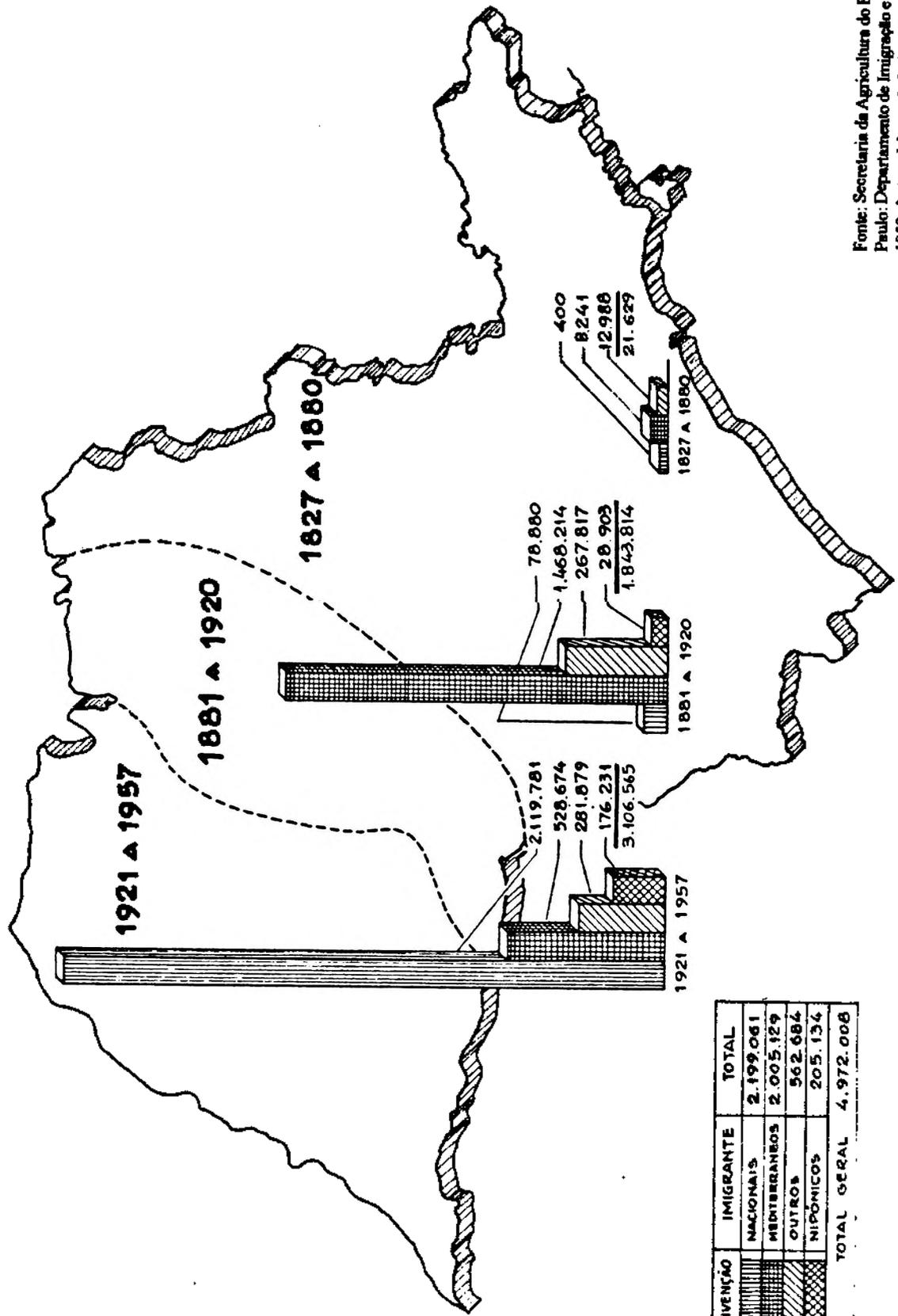
Durante a primeira década da República, quando a política oficial de imigração e colonização ainda não estava bem definida, foram criados os núcleos de Quirim (município de Taubaté) em 1890, Piagui (município de Guaratingueta) em 1892, e Campos Sales, próximo a Campinas, em 1897.

Quanto à criação de núcleos coloniais destacam-se dois períodos: 1905-1907 e 1910-1911. Entre os anos de 1905 e 1907 foram criados Nova Odessa e Jorge Tibiriçá, em 1905; Gavião Peixoto, Nova Europa, Nova Paulicéia, Conde de Pinhal, em 1907. A criação desses núcleos coloniais se deve a Carlos Botelho, Secretário da Agricultura, homem dinâmico e muitíssimo interessado na imigração e no povoamento do solo. Essas medidas, em parte, são o resultado do primeiro impacto das pressões dos imigrantes italianos desgostosos com as condições de acesso à terra reinantes em São Paulo.

Os anos de 1910-1911 também mostraram grande vitalidade da administração nesse setor, pois se criou Nova Veneza, Visconde de Indaiatuba, Martinho Prado, Conde de Parnaíba e Boa Vista. Depois desses anos cessa a atividade da administração e não mais se fundam núcleos oficiais até 1930, quando se cria o núcleo Barão de Antonina. Durante vinte anos a administração só se interessou em promover a imigração para fornecer braços para a fazenda de café.

Esses núcleos criados pelo governo no Estado de São Paulo atraíram imigrantes de várias nacionalidades, como acontece no núcleo de Campos Sales, onde apesar de predominarem os suíços, constata-se mais doze nacionalidades. No núcleo Nova Odessa, que fora criado para receber judeus russos refugiados em Londres, mas que logo se espalharam, se localizaram alemães, austríacos, espanhóis e principalmente italianos.

# Movimento Imigratório e Avanços da Fronteira Econômica no Estado de São Paulo, entre 1827 - 1957



Fonte: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo; Departamento de Imigração e Colonização, 1958. Arquivo Museu da Imigração.

Em geral, esses núcleos foram fundados em terras férteis, nas proximidades de estradas, tendo portanto condições de progredir, ao contrário do que acontecia durante o Império. Assim, em 1925, todos esses núcleos já estavam emancipados.

Na época em que a ação do Estado era inexistente, a iniciativa particular criou condições para que imigrantes com algum pecúlio, ou trazido da Europa ou economizado na fazenda de café, pudessem encontrar lotes para se instalar. Particulares ou companhias, criando loteamentos com pequenas propriedades, agiam ou respondendo à pressão dos imigrantes ansiosos por se estabelecerem em terra própria, ou, então para valorizarem as terras em áreas decadentes ou nas frentes pioneiras. Exemplo seria a CAIC, Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, um desdobramento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que, além de retalhar fazendas velhas, fez loteamentos na Alta Paulista e Alta Sorocabana.

Entre as companhias ainda devem ser citadas as japonesas, que, respondendo aos anseios dos imigrantes dessa origem, criaram condições para sua instalação em lotes próprios. Na década de 1910, instalaram-se os primeiros japoneses no vale do Ribeira, primeiro por iniciativa do Sindicato de "Tokyo", depois da K.K.K.K., que contava com subvenção do governo japonês. No fim do período que ora nos interessa, ou seja, em 1928, a Bratac, sociedade formada com capital das províncias japonesas e de particulares, adquiriu vastas áreas na Noroeste e na Alta Paulista, em São Paulo, e também no Paraná. Dividiu as terras em lotes que foram vendidos aos imigrantes japoneses recém-vindos ou que tinham feito um estágio na fazenda de café.

Nenhum outro grupo étnico que forneceu colonos para a fazenda de café contou com tanto apoio por parte de seu governo. Já se falou da subvenção da passagem do emigrante pelo seu país de origem e as companhias colonizadoras japonesas, em geral, também contavam com capital de proveniência oficial.

Os loteadores em geral procuraram atrair para seus empreendimentos imigrantes da mesma nacionalidade. Assim, formaram-se núcleos de húngaros e alemães em Presidente Venceslau, de espanhóis em Mirassol e Tanabi. Em Borboleta, próximo a Ribeirão Preto reuniram-se açorianos. Varpa tornou-se núcleo de letos. Os italianos aparecem em quase todas as áreas onde se formam pequenas propriedades, sendo digno de nota que já no início do século havia extensas áreas onde os italianos se concentraram, como é o caso das margens direitas do Tietê, em Bebedouro, Ibitinga, Matão, Monte Azul etc., onde se destacam os núcleos Nova Veneza e Nova Pádua, próximo a Pitangueiras.

A maioria das pequenas propriedades estava nas mãos de estrangeiros. Em 1905, cerca de 16% das propriedades arroladas eram de estrangeiros, tratando-se presumivelmente, na maioria, de pequenas propriedades. Predominavam os italianos, perfazendo 66,4% das propriedades de estrangeiros, seguidos pelos portugueses (cerca de 20%). Em 1920 houve um

aumento considerável de proprietários estrangeiros: 27,3% das propriedades arroladas eram de imigrantes, perfazendo 13,8% da área recenseada; 44,4% dos proprietários estrangeiros eram italianos e 11,8% portugueses. Em 1934, 32,5% das propriedades registradas são de imigrantes, ocupando 25,2% da área arrolada. Os italianos ainda constituem maioria, seguidos pelos portugueses. MARIA TEREZA SCHORER PETRONE (1990)

### ***O imigrante e as cidades***

Os imigrantes, além de se fixarem nas fazendas de café como mão-de-obra assalariada ou como pequenos proprietários, também se radicaram nas cidades, contribuindo de maneira decisiva não só para a urbanização do Estado, mas também para o processo de industrialização que se inicia praticamente a partir do momento em que paracá se dirigem as primeiras grandes levas de imigrantes.

Nas duas primeiras décadas do século XX ocorrem: 1) a ascensão do empresariado industrial imigrante e dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais e 2) a decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e de grandes proprietários rurais.

A primeira guerra mundial acelerou a ascensão dos colonos de café. Eles aplicaram suas economias na compra de terras nas novas regiões (Alta Sorocabana e Alta Paulista, por exemplo) e também nas velhas regiões agrícolas. Esta ascensão teve várias conseqüências: reforçou o mercado consumidor da indústria paulista, permitiu rápida modernização da agricultura de São Paulo, etc. Os novos proprietários rurais imigrantes passaram a utilizar técnicas mais modernas ( máquinas, adubos, novas variedades ) e a produzir cada vez mais para o mercado urbano de São Paulo, formando-se a partir da metrópole paulista auréolas agrárias: cinturão horti-granjeiro (nipo-brasileiros), bacia leiteira (mineiros), área açucareira (italo-brasileiros).

Tomando-se o setor têxtil como exemplo, notamos que os empresários imigrantes se estabeleceram após a aristocracia rural paulista e o empresariado do Rio de Janeiro. O primeiro foi o português M. José da Fonseca (1881), seguido de inúmeros outros: Crespi (1897), Kowarick (1900), Matarazzo (1904), Jafet (1905), Diederichsen (1914), etc.

Já em 1920 se registram 64,2% dos estabelecimentos industriais existentes no Estado como sendo de imigrantes, e cerca de dois terços dos habitantes da cidade de São Paulo são formados por estrangeiros e seus descendentes.

## **Capítulo II – A imigração lituana para o Brasil**

Há muitos séculos, os lituanos ocupam o território próximo ao mar Báltico. No século XIII, viviam sob regime patriarcal, distribuídos em pequenas tribos. A partir da unificação feita por Mindaugas, que se torna rei com o beneplácito do Papa Inocêncio IV, a Lituânia começa a expandir-se, chegando a abranger terras da Bielo-Rússia, da Grande Rússia e da Ucrânia, vindo a sofrer influência dos povos conquistados. No século XIV, um casamento entre príncipes da Lituânia e da Polônia inicia uma união entre os dois países que iria durar quatro séculos. A Lituânia sofre então a influência da Igreja Católica, criando-se uma situação de conflito para seus súditos russos. Os Cavaleiros Teutônicos e Ivan III, czar de toda a Rússia, representaram ameaças constantes para a região. Em 1569 a Lituânia aceita a hegemonia polonesa, que será mantida até 1795, época da terceira partilha da Polônia, quando o território lituano é entregue aos russos. Resistindo à tentativa de russificação do czar Nicolau I, os lituanos permaneceram fiéis à sua antiga língua, às tradições nacionais e à religião católica. Duas revoltas são reprimidas com rigor e muitos lituanos são punidos com a força, outros deportados para Sibéria. De 1864 a 1905, a russificação acaba atingindo todos os setores, sendo a língua russa ensinada nas escolas, e proibidas as publicações em caracteres latinos. Em 1915, durante a Primeira Guerra Mundial, a Lituânia é conquistada pelos alemães e depois, em 1918, ainda sob ocupação, uma assembléia nacional a declara independente.

A partir de 1918, intensas disputas internas agitam o país, às quais a eclosão da Segunda Guerra Mundial põe fim, transformando-o, em 1940, em república soviética. Assim, a Lituânia passa a integrar a URSS até 11/03/1990, quando é proclamada a independência da Lituânia.

As constantes disputas de hegemonia e de uma série de elementos culturais e políticos conflitantes marcaram a história da imigração lituana para várias partes do mundo.

A partir da segunda metade do século XIX, isto é, a partir de 1850, ocorre em números expressivos de volume a emigração lituana para o novo mundo, a maior parte para os EUA.

Até hoje, não se sabe exatamente quando chegaram os primeiros lituanos ao Brasil. Há alguns dados históricos comprovando a sua presença durante a invasão holandesa no estado de Pernambuco. A Companhia das Índias Ocidentais, no período de 1625 a 1655, trouxe para complementar o efetivo militar holandês combatentes pertencentes a várias outras nacionalidades. Entre estes, constam alguns militares lituanos. E, ainda, o Coronel Rudolfas Augustas Chodasevisius serviu no Corpo de Engenharia do exército brasileiro na guerra do Paraguai.

No período de 1888 a 1890, vieram para o Brasil 800 famílias que se radicaram nos municípios do Rio Grande do Sul, citando-se Veranópolis, Guaporé, bem como nos outros próximos. O Arquivo Provincial dos Jesuítas em Porto Alegre, consta com uma série de documentos que atestam a vida e obra destes lituanos. O missionário padre José Von Lassberg, jesuíta, da nobreza alemã, considerava a si mesmo “missionários dos poloneses” bem como de outras minorias, sobretudo lituanos, cuja língua tinha aprendido. Deixou um registro de cartas endereçadas a seus parentes na Alemanha durante o período de 1897 a 1917, com várias referências epistolares sobre os lituanos daquela época e região.

Devido às mudanças políticas na Europa, não houve até hoje possibilidade de determinar exatamente quantos lituanos imigraram para o Brasil, pois até 1918 a Lituânia permanecera sob o domínio russo e a República Lituana começou a recolher dados exatos apenas em 1923. Além disso, lituanos sobre ocupação da Polônia, e outros países europeus para os quais tinham ido à procura de trabalho, emigraram para o Brasil entre 1920-1939. Muitos foram registrados como russos ou poloneses, e como lituanos foram inscritas pessoas de outras origens. Calcula-se que entraram no Brasil 44.803 lituanos entre 1884 e 1933. Existem diferenças entre as estatísticas apresentadas pelas fontes do governo lituano e as correspondentes, em poder das autoridades brasileiras de imigração. As autoridades brasileiras classificam os imigrantes pela lei da naturalidade, e as lituanas, pela lei da procedência paterna. Podemos citar, por exemplo, o pintor e escultor Lasar Segall, nascido em Vilnius, capital da Lituânia, registrado russo porque em 1891, ano em que nasceu, sua cidade natal fazia parte do império russo.

A primeira grande leva veio para São Paulo em 1926 e era composta principalmente por camponeses que fugiam da Europa arrasada pela Primeira Guerra Mundial. A maioria queria ir para os EUA e Canadá, mas como esses países teriam que arcar com os custos da passagem, vieram para a América do Sul, para a Argentina e Uruguai; e muitos se dirigiram para o Brasil, onde os cafeicultores bancavam as despesas e depois descontavam do salário dos imigrantes que trabalhavam em sua lavoura.

No Brasil, pós-escravagista, a necessidade da mão-de-obra levou o país a realizar campanhas para atrair os imigrantes para uma nação tropical muito diferente da sua vivência. Exaltava-se a qualidade do solo e a fartura da Natureza. O Brasil era a terra da oportunidade e que aqui não precisavam sequer se preocupar com roupas de inverno. O “Patronato”, que era uma sociedade de fazendeiros de café do estado de São Paulo, trazia as famílias para a Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, e dali eram distribuída para as fazendas de café ou cana-de-açúcar. Esses fazendeiros não cumpriram suas promessas. Os lituanos imigrantes, por não saberem o idioma português, foram muito explorados pelos fiscais, administradores e donos de fazendas, que cobravam caro pelos produtos vendidos em seus armazéns.

Por volta de 1928 e 1929, começou a desistência de serviços da lavoura e se inicia a migração para a cidade de São Paulo, que naquele tempo possuía apenas 1.200 habitantes e poucas indústrias que os abrigaram, como: Matarazzo, Antartica, tecelagens, fundições, metalúrgicas localizadas em bairros como Bom Retiro, Brás, Moóca, Vila Zelina e Parque das Nações.

[A segunda leva de emigrantes aconteceu em 1947, fugindo da invasão da Lituânia pelos russos em 1940. A maioria foi direto para os EUA e Canadá e mesmo os que vieram para o Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, depois se mudaram para aqueles países. O perfil dessa segunda leva é bem distinto dos camponeses vindos em 1926. Eram médicos, engenheiros, profissionais liberais de classe média e urbanos. O atual estado do Rio de Janeiro abriga a segunda maior comunidade lituana no país. A partir de 1926, várias famílias A segunda leva de emigrantes aconteceu em 1947, fugindo da invasão da Lituânia pelos russos em 1940. A maioria foi direto para os EUA e Canadá e mesmo os que vieram para o Brasil, estabelecendo-se em São Paulo, depois se mudaram para aqueles países. O perfil dessa segunda leva é bem distinto dos camponeses vindos em 1926. Eram médicos, engenheiros, profissionais liberais de classe média e urbanos. O atual estado do Rio de Janeiro abriga a segunda maior comunidade lituana no país. A partir de 1926, várias famílias fixaram-se na cidade do Rio de Janeiro. Os primeiros lituanos que desembarcaram diretamente na capital da República, não eram colonos, mas povoadores que praticavam agricultura, na qualidade de proprietários da terra que cultivavam. Foram imigrantes sem compromisso com qualquer organização, e podiam, desta forma, escolher o lugar para residir e trabalhar. Eram mais esclarecidos; mestres-escola, funcionários, policiais, oficiais do Exército, etc. e falavam duas ou três línguas. Em 1930, achavam-se no Rio cerca de 24 famílias, vindas diretamente da Lituânia. Com o que se encerrava a primeira fase da imigração lituana no Rio de Janeiro. Surgem duas colônias distintas, uma no Distrito Federal de então e outra no estado do Rio, município de Caxias, dada a facilidade de aquisição de terras no então nascente município. Mas foi na antiga capital da República que de fato se concentravam em maior número. Não somente devido às possibilidades econômicas como também pela facilidade natural que se oferecia ao mundo dos negócios neste centro de turismo e de cultura. Aqui os lituanos escolheram as mais diversas atividades, especialmente na indústria, comércio e artes. Surgiu a primeira fábrica de calçados populares, produzidos com pneus usados. Surgiram, nos anos seguintes, mais cinco fábricas do gênero e a fabricação e venda de sorvetes. Foram fundados bares, restaurantes, mercearias, foto-estúdios, etc. O desenvolvimento econômico e cultural do Rio de Janeiro atraiu maior número de lituanos que estavam morando em São Paulo, que passava por um estado revolucionário latente, bem como a própria revolução de 1932.

Após 1940, devido às medidas de restrição à imigração no Brasil, à irrupção da guerra na Europa e à ocupação da Lituânia pela URSS, ocorre uma queda sensível no número de imigrantes que se destinam a este país.

As famílias que tiveram de fugir dos cafezais à noite, que foram perseguidas pelos jagunços, que sofreram privações de toda sorte ou que aqui chegaram e se estabeleceram na indústria, no comércio, nas profissões liberais formaram a colônia lituana no Brasil. Nos dias de hoje, os imigrantes ainda vivos da primeira geração e seus filhos que conseguiram dar instrução superior a seus descendentes, integrando-os à sociedade e à nação brasileira, procuram manter viva as tradições, a língua e a religião de sua terra natal.

### **A convocação**

No relato *Lietuviai Brazilijoje* – Os lituanos no Brasil, publicação do grupo de escritores e jornalistas independentes de Kaunas no ano de 1933, Juozas Daugela registra: “Até 1927 o movimento de emigração na Lituânia foi deixado nas mãos de Deus. As massas de emigrantes, compostas em sua maior parte por cidadãos pobres e pouco esclarecidos, viajavam para as desconhecidos e longínquos Brasil e Argentina em busca de imaginárias montanhas de ouro. Já aqui na Lituânia eram enganados pelas companhias de navegação, uma vez que não havia nenhum órgão para organizar e controlar a questão. Toda a organização e a realização do transporte dos imigrantes era efetuada sem nenhum controle por algum órgão superior. Nos novos países de destino não havia representantes governamentais da Lituânia que defendesse os interesses dos imigrantes, que os reunisse em alguma organização e os apoiasse em questões de cultura.

Apenas no início de 1927 o governo da Lituânia, percebendo a grande importância social da emigração, começou a se ocupar do assunto. Em primeiro lugar foi criada, junto ao Ministério do Interior, a “Emigracijos Refentura” a quem coube a tarefa de fortalecer o controle sobre as companhias de navegação e iniciar uma luta contra os agentes de emigração ilegais, muito ativos no interior.

Desde a criação deste setor de emigração, durante três anos o Ministério do Interior realizou:

1. As estatísticas do movimento de emigração foram regularizadas: dados corretos passaram a ser publicados no Boletim Estatístico.
2. Foi apresentado nova legislação para emigração, que foi enviada para o Gabinete de Ministérios no outono de 1929 e começou a vigorar no início de 1930.

Esta legislação alterou a antiga de 1922, que não era fidedigna e não atendia às novas necessidades. Iniciada sua vigência em 1930 foi possível enviar três acompanhantes com os emigrantes para Argentina e Brasil: A Rimsa, V Juodeika e J Kiaune, embora, segundo o regulamento o Ministério do Interior teria autorização para enviar até trinta deles. Entretanto, tendo a imigração para a América Latina diminuído muito, não houve necessidade de enviar maior número de acompanhantes.

### **O Regulamento para os acompanhantes dos emigrantes**

Como comentado anteriormente, de acordo com a legislação, o governo da Lituânia determinou que cada grupo de emigrantes deveria ser acompanhado por um acompanhante especialmente indicado.

A seguir, as tarefas destes acompanhantes ao longo da viagem.

#### **I. Viagem ferroviária até o porto**

1. O acompanhante deve estar na estação ferroviária no mínimo uma hora antes da partida, para que possa verificar se os emigrantes estão adequadamente sentados nos vagões e, caso necessário, auxiliá-los.

2. O acompanhante faz a viagem de Kaunas até o porto na segunda ou terceira classe, de acordo com a instrução do Ministério do Exterior. Se os acompanhantes realizam a viagem na terceira classe, devem estar no mesmo vagão que os emigrantes.

3. Saindo o trem da estação, o acompanhante deve pessoalmente informar aos emigrantes que ele os acompanhará na viagem na função de representante do Ministério do Interior e que eles podem a ele recorrer para conselhos ou ajuda no decorrer da viagem. No início da viagem o acompanhante deve informar os emigrantes que eles devem respeitar as regras de viagem nos vagões para evitar ocorrências desagradáveis, assim como regras de comportamento no vagão, na estação, no hotel, etc.

#### **II. Funções do acompanhante na viagem de trem:**

1. Manter contato permanente com os emigrantes; fornecer-lhes as orientações e informações necessárias à viagem; ouvir suas queixas em relação à instituição que realiza a emigração bem como relação a seus funcionários e anotar estas queixas;
2. Verificar se a emigração está sendo adequadamente realizada pela instituição responsável, se as determinações da legislação de emigração estão sendo adequadamente cumpridos e se as refeições para os emigrantes estão sendo servidas nos horários corretos.

3. Chegando ao porto com os emigrantes, o acompanhante deve verificar a hospedaria onde os emigrantes ficarão até o embarque no navio: deve estar presente às refeições e deve conhecer os resultados de seus exames de saúde finais.

4. O acompanhante deve dirigir-se ao consulado lituano, caso ele exista no porto, e informar o cônsul sobre a finalidade da viagem. Se houver necessidade de defender os direitos dos emigrantes lituanos o acompanhante deve sempre recorrer ao consulado em busca de ajuda.

5. O acompanhante está proibido de, no porto e mais tarde durante a viagem, manifestar agradecimentos por serviços prestados às autoridades de emigração, aos funcionários do navio. Também está vedado de expressar suas opiniões sobre assuntos relativos à viagem dos emigrantes.

6. O acompanhante está proibido de se utilizar de quaisquer serviços não pagos prestados pela instituição de emigração durante a viagem por trem, no porto ou na viagem por mar.

### **III - Viagem por mar**

1. No dia anterior ao embarque o acompanhante deve verificar as instalações da terceira classe, onde serão acomodados os emigrantes lituanos. A instituição de emigração deve fornecer ao acompanhante uma carta de apresentação para o capitão do navio ou apresentá-lo pessoalmente a ele.

2. Durante a viagem no navio o acompanhante deve se certificar de que os emigrantes lituanos estão sendo tratados de acordo com as normas da legislação de emigração da Lituânia e de que não estão sendo tratados pior que emigrantes de outras nacionalidades.

3. É tarefa do acompanhante visitar o mais freqüentemente possível os emigrantes na terceira classe e verificar se não há queixas contra o tratamento prestado pelos funcionários do navio. Cada queixa deve ser cuidadosamente averiguada e, se procedente, informada ao capitão, ao comissário ou a outra autoridade do navio para que o comportamento errado seja corrigido.

4. Se os responsáveis pelo navio se negarem a atender exigências justificadas do acompanhante e não reagirem à sua intervenção em favor dos emigrantes, este deve tudo apontar em seu relatório.

5. O acompanhante por si mesmo, ou em conjunto com o representante da administração do navio, deve verificar cuidadosamente as instalações para os emigrantes na terceira classe, assim como as demais instalações (sanitários, banheiros, acomodações para refeições e para descanso, etc.) e averiguar os serviços médicos e a alimentação.

6. . O acompanhante deve estabelecer um contato próximo com os emigrantes lituanos, procurar conhecer seu humor assim como as razões que levaram à emigração. Caso surjam desavenças entre os emigrantes entre si ou com emigrantes de outras nacionalidades devidas a questões de nacionalidade ou de religião, o acompanhante deve, por sua própria iniciativa ou por solicitação do capitão, aplinar as divergências e criar um ambiente tal que seu comportamento, ao longo de toda a viagem, seja correto.

7. O acompanhante deve fazer algumas palestras, em língua lituana, aos emigrantes sobre temas como:

- a) Condições de vida e de trabalho no local de destino, hábitos e leis;
- b) Como iniciar a vida no novo país?
- c) Algumas aulas de Português ou Espanhol (palavras e frases mais necessárias);
- d) História da Lituânia e conhecimentos sobre o país. Nestas palestras o acompanhante deve criar sentimentos patrióticos nos emigrantes e fortalecer sua ligação com a terra natal; lembrar suas tarefas para com a Lituânia no estrangeiro. O acompanhante deve incentivar os emigrantes a lerem livros lituanos, caso estes estejam disponíveis na biblioteca do navio.

8. O acompanhante deve sempre prestar serviços de intérprete dos emigrantes em suas relações com todos, sem exceção, os funcionários do navio. O acompanhante também deve servir como intérprete para emigrantes de outras nacionalidades bem como para lituanos nascidos em outros países, caso necessário.

9. O acompanhante deve cumprir educadamente suas funções, tanto em suas relações com os emigrantes como a administração do navio.

O acompanhante não pode, de forma alguma, manifestar por escrito sua gratidão ou opiniões em relação ao tratamento dispensado aos emigrantes, à administração do navio. Também não pode utilizar para fins pessoais quaisquer serviços especiais oferecidos pela administração do navio.

10.. O acompanhante deve fazer algumas palestras, em língua lituana, aos emigrantes sobre temas como:

- a) Condições de vida e de trabalho no local de destino, hábitos e leis;
- b) Como iniciar a vida no novo país?
- c) Algumas aulas de Português ou Espanhol (palavras e frases mais necessárias);
- d) História da Lituânia e conhecimentos sobre o país. Nestas palestras o acompanhante deve criar sentimentos patrióticos nos emigrantes e fortalecer sua ligação com a terra natal; lembrar suas tarefas para com a Lituânia no estrangeiro. O acompanhante deve incentivar os emigrantes a lerem livros lituanos, caso estes estejam disponíveis na biblioteca do navio.

11. O acompanhante deve cumprir todas as recomendações do Ministério do Interior e seguir as instruções dos representantes diplomáticos e consulares da Lituânia nas questões relativas à proteção dos emigrantes.

### **Documentos necessários para a ida para o Brasil**

1. Passaporte para o exterior. Pode ser obtido apresentando-se o *passaporte interno* e declaração de idoneidade assinada por autoridade policial. Os homens entre 20 e 31 anos devem apresentar documento de quitação com o serviço militar ou a carta de dispensa.
2. Declaração do cônsul do país para o qual se dirige.
3. Declaração de médico sobre o estado de saúde.
4. 6 fotografias.

5. Certidão de casamento e, no caso de haver filhos, as certidões de nascimento.
6. Declarações de autoridades da Receita e administrativas de que o candidato não tem quaisquer dívidas ou impostos não pagos.

Além disso, é necessário acrescentar que no Brasil, para se obter trabalho, são muito importantes quaisquer diplomas, atestados e declarações de empregadores. Estes documentos devem estar vertidos para o português e as traduções devem estar visadas pelo cônsul brasileiro.

### **A viagem de navio**

A viagem não é uma coisa fácil. Viajando de um lugar para outro em sua terra natal a pessoa já encontra uma série de dificuldades, o que dizer daqueles que viajam para a América do Sul ou outro lugar. Os que viajam por mar para terras distantes precisam navegar durante um mês ou mais. Navegando tanto tempo a vida dos viajantes torna-se peculiar. Em um navio o viajante tem vida semelhante a de um soldado: levanta-se às 6 horas, o café da manhã é servido às 7h . Se quiser dormir um pouco mais não só perde o café da manhã como também a água para o banho, porque só é permitido utilizá-la das 6 às 7h . O almoço é servido às 12 horas, o lanche às 14 e o jantar às 18 horas.

Viajamos para a América do Sul no navio “Comte Rosso” da linha italiana. Este navio tem 19.500 ton, com comprimento de 187 metros e largura de 38 metros. Navegamos dia e noite, sem intervalos, a 36 quilômetros por hora. É um navio de passageiros com tripulação de 500 pessoas e capacidade para 2.600 passageiros.

Embarcamos com destino à América do Sul: Brasil, Uruguai e Argentina no dia 28 de novembro de 1929, às 11 de Gênova.

Éramos 2.300 pessoas, sendo 280 na primeira classe, 230 na segunda classe e 1.200 na terceira classe. Inicialmente navegamos tranqüilamente ao largo de Marselha e da costa francesa e no dia seguinte atingimos Barcelona. Paramos por algumas horas e seguimos adiante, passando por Gibraltar e os desertos africanos na direção da imensidão do Atlântico.

Entre os passageiros havia grande número de mulheres com filhos menores. Em termos de nacionalidade os passageiros também se diferenciavam: eram lituanos, espanhóis, alemães, italianos, portugueses, entre outros. Chegando ao estreito de Gibraltar não sentíamos o balanço do navio. Os passageiros se divertiam. Olhando para os lados se podia ouvir um grupo de lituanos cantando o “bijunelis”, o “per giria, girele”,<sup>2</sup> podia-se ouvir as brincadeiras do país assim como conhecer os costumes dos passageiros de outros países. A disposição de todos era muito boa, mas não por muito tempo. Às 15 horas do dia 30 de novembro, atingindo as águas do Atlântico, tudo mudou: o forte balanço do navio emudeceu os passageiros, que começaram a ficar doentes, a vomitar nas salas de refeições, nas cabinas, nos corredores, em qualquer lugar. Nos horários de refeições viam-se poucas pessoas à mesa, todos os outros estavam deitados em seus dormitórios, defendendo-se com todos os remédios da desgraça que viviam. Desapareceram as diversões, as conversas sinceras, as brincadeiras... em seu lugar podia-se ouvir os sons de homens, mulheres, crianças, os pedidos de ajuda e depois a constante pergunta: isto vai demorar muito? A tripulação, é claro, tentava tranqüilizar a todos.

---

2. Canções populares

No dia 1<sup>o</sup> de dezembro o mesmo. O balanço não arrefece. O dia belo, quente, ensolarado chama, mesmo contra a vontade, os mais saudáveis a subir e respirar o ar puro, aquecer-se sob os raios do sol, alegrar-se com as águas do maldoso Atlântico. Subindo ao convés vê-se homens, mulheres, jovens e velhos, deitados no piso nu sofrem e esperam a mudança do tempo. E eis que neste mesmo dia o Atlântico muda de humor e se acalma, o navio já não balança de um lado para o outro, calmamente navega adiante. No dia 2 de dezembro, sem o balanço, os passageiros parecem formigas: quase todos estão no convés, alguns tocam, outros dançam, outros ainda aquecem-se ao calor do sol. No dia 3 o mar está calmo, o navio navega sem balançar, mas o calor que a proximidade do Equador traz provoca muita sede. O deque do navio está protegido por um toldo.

Neste mesmo dia, às 16h:30m é dado o sinal de perigo e os passageiros são orientados sobre como agir em caso de perigo. Os passageiros da primeira e da segunda classe não tiveram o treinamento.

No dia 4, tendo passado Tanger, tomamos a direção do Sul, navegávamos enviesando o Atlântico. A vida no navio transcorria sem nada de especial: o Atlântico está calmo, faz um belo dia ensolarado, o calor atinge 35°C. No dia 6 a temperatura é de 45°C a travessia do Equador foi tranqüila. Após o almoço o médico de bordo verificou o estado de saúde de todos os passageiros.

Após 8 dias de viagem, depois de termos passado pela ilha de São Paulo e a seguir Fernando de Noronha, pela primeira vez vimos pássaros voando por sobre o mar. Nos dias seguintes, nenhuma novidade. O estado de espírito dos passageiros era bom. Apenas no dia 9, desde a manhã, aproximando-se do Rio de Janeiro, o balanço do navio recomeçou, mas os passageiros não se apavoraram, já estavam acostumados. Depois de 11 dias de viagem por mar, no dia 10 de *gruodis*, às 8 horas da manhã, alcançamos terras brasileiras. Descemos no porto de Santos. O navio seguiu para o Uruguai e Argentina.

## OS LITUANOS NO BRASIL

Ainda conforme o texto de Juozas Daugela: “A emigração lituana para o Brasil é muito recente, não há muitos lituanos chegados ao Brasil antes da Guerra <sup>3</sup>. A maioria dos imigrantes veio da Lituânia entre 1926 e 1930, um total de cerca de 25.000 pessoas, sendo que quase metade deles chegou nos anos de 1926 e 1927, trazidos com recursos do governo brasileiro para as plantações de café no Estado de São Paulo. Agora o número de lituanos no Brasil monta cerca de 50.000. A maior parte deles mora na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo e o restante espalha-se por regiões distantes, geralmente nos Estados do Sul – Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e outros. Não há praticamente nenhum canto do Brasil que não tenha sido pisado pelo pé de um lituano: os eles podem ser encontrados no central Estado de Goiás, procurando ouro e diamantes como também na perigosa região do Amazonas. As condições de vida dos emigrantes no Brasil são, do ponto de vista cultural, jurídico e de clima, muito piores que as dos emigrantes na Argentina.

---

3. O autor refere-se à Primeira Guerra Mundial

O Estado de São Paulo, onde mora a maioria dos lituanos, é uma região que não tem nada de belo – os verões são extraordinariamente quentes e a temperatura no inverno equivale aos meses de junho, julho, na Lituânia. Em muitos lugares grassa a malária. O trabalho nas fazendas de café e nas plantações de cana-de-açúcar é muito duro e, além disto, não havendo no Brasil uma ordenação jurídica e uma Justiça bem estabelecidas, os trabalhadores imigrantes são muito explorados, especialmente nas localidades mais distantes. Por outro lado, erradamente, os lituanos se dirigem para as cidades, onde esperam enriquecer rapidamente trabalhando em fábricas, não se esforçando para trabalhar na agricultura, que pode gerar uma renda mais estável. Com a chegada da crise, com o crescimento do desemprego, milhares deles sofrem por meses a falta de trabalho e, mesmo, de um pedaço de pão. A situação de muitos lituanos no Brasil neste momento é trágica, principalmente porque há grande número de famílias com crianças.

Voltando da Argentina inicialmente estive no Rio de Janeiro, a capital, sede do governo e das instituições federais. Juntamente com o cônsul geral Sr. Daugantas, que prometeu auxiliar em minha viagem pelo Estado de São Paulo. Além disso, tive oportunidade de visitar a casa de imigrantes da Ilha das Flores, bem próxima do Rio de Janeiro, Nesta casa moram gratuitamente algumas famílias lituanas que não encontram trabalho.

Tendo permanecido no Rio de Janeiro por uma semana, viajei para o centro da vida lituana no Brasil – a cidade de São Paulo.

### **A viagem para o interior**

Desejando conhecer as condições de vida e de trabalho no interior, assumi que iria conhecer pelo menos uma fazenda modelo. Tendo recebido do Departamento do Trabalho informações e transporte gratuito, junto com o cônsul Dr. Maciulis, viajei para a

grande plantação de cana-de-açúcar União, localizada a 700 km de São Paulo, na fronteira com o Estado de Minas Gerais. A fazenda ocupa uma área de várias dezenas de milhares de hectares, sendo nela cultivado o café e a cana-de-açúcar, que é transformada em açúcar em uma moderna fábrica recentemente construída.”

### **Destinação de créditos para assuntos de emigração**

O governo lituano no período anterior à chegada do autor Juozas Daugela, havia destinado créditos para assuntos de emigração promovendo a melhoria da qualidade de vida e de adaptação desses emigrantes no Brasil.

1929

- Apoio a questões de estudos do Gen. T. Daugantas no Brasil
- Ajuda para a viagem do Padre Janiulionis em visita aos lituanos na África do Sul e na Argentina
- Necessidades sociais no Brasil
- Biblioteca para trabalhadores lituanos em Paris
- Escolas lituanas no Brasil

1930

- Escolas lituanas e necessidades sociais no Brasil
- Gen. T. Daugantas ( pagamento adicional)
- Apoio ao Padre J. Valavicius em São Paulo
- Apoio a questões de estudo do Prof, Pakstas no Brasil
- Apoio à imprensa no Brasil
- Apoio à imprensa na Argentina

1931

- Manutenção das três escolas lituanas no Brasil
- Apoio para a manutenção de dois padres em São Paulo, e no Uruguai

- Necessidades sociais no Brasil
- Apoio para a construção de sede própria para a escola lituana na Vila Bela, em São Paulo, Brasil
- Apoio à imprensa no Brasil

### **A vida nas organizações lituanas**

“ O centro dos lituanos no Brasil está na cidade de São Paulo: lá está a sede do consulado, as redações de todos os jornais lituanos, lá mora a maioria dos lituanos. A vida organizacional deles está esgarçada. Embora tenham sido instituídas várias organizações, são tão fracas que os frutos de seu trabalho não causam orgulho. Isto ocorre porque aos lituanos falta união, laços próximos e confiança, além de não serem pacíficos. Na verdade, é difícil mesmo acreditar nestas pessoas, cabeças de organizações, que, estando à frente delas, conseguem a confiança das pessoas e depois, sem piedade, prejudicam-nas e desaparecem de São Paulo. É isto que enfraquece as organizações lituanas no Brasil.

As associações lituanas no Brasil são muito instáveis: algumas são abertas, outras são fechadas e outras, ainda, são fechadas pela polícia. Os lituanos, mesmo em um país estrangeiro, não conseguem abandonar o individualismo que busca grandes homenagens e valorização pessoal – o que não se verifica entre emigrantes de nenhuma outra nacionalidade. Isto só faz desunir os lituanos.

Na cidade de São Paulo existem as seguintes organizações e irmandades :

1. Irmandade de apoio aos emigrantes
2. União dos lituanos no Brasil
3. Cooperativa de imprensa “*Sviesa*”
4. Associação dos lituanos católicos

## **Mantendo as tradições para preservar a cultura e a identidade lituana**

### **Jornais**

“Na cidade de São Paulo houve vários jornais . O primeiro foi “O primeiro foi “ O lituano do Brasil”, depois “O lituano da América do Sul”, “ A Folhinha de Domingo”, “Novidades”, “Lietuva” “O botão da juventude”, “A Voz”. Mas eles acabaram ou estão suspensos devido a questões financeiras. O “A Voz” , fechado pela polícia, foi substituído, a partir de 21 de agosto pelo, “Ecos lituanos”, mas tem pouca repercussão entre os lituanos, inclina-se para a esquerda e segue os passos do “ A Voz”.

### **Publicações**

Até meados de 1930 haviam sido publicados no Brasil os seguintes trabalhos

- 1) “Lithuano do Brasil”: guia da língua portuguesa. Foi escrito por J. Stankaitis e editado por ele e K. Uckus em 1927. Foi impresso pela gráfica “Lithuania”.
- 2) “Dicionário Lituano – Português”: foi preparado e editado por G. Vagneris e B. Jodelis. Foi impresso na gráfica alemã “Odeon”.
- 3) Calendário dos lituanos do Brasil “Luz”, 1928: foi preparado e editado por Bronius Jodelis e impresso na gráfica “Birute”.
- 4) Catecismo e livro de hinos: preparado e editado pelo Padre Jeronimas Valaitis em 1928 e impresso na gráfica “Birute”.
- 5) Calendário dos lituanos do Brasil “Svyturys”, 1929: foi preparado e editado por Bronius Jodelis e impresso na gráfica “Birute”.

- 6) Calendário dos trabalhadores lituanos do Brasil "Spindulys", 1929: foi preparado e editado por Pijus Degutis e impresso na gráfica "Birute".
- 7) "O amor e seu mistério": escrito e editado por Viktoras Kropas em 1929 e impresso na gráfica "Birute".
- 8) "Raudonkrutinis" : ( Coração vermelho ) romance histórico escrito e editado por V. Kropas.
- 9) Livrinho dos sonhos. Editado pela gráfica "Birute", em 1929.
- 10) Calendário dos lituanos do Brasil "Luz", 1930: editado pela associação de imprensa "Luz" e impresso na gráfica "Birute".
- 11) "Akordai" (Acordes): coletânea de novas canções lituanas, coletadas e editadas por V. Kropas. Impresso por Plantamchuk e Cie., em 1930.

Todas estas publicações foram lançadas na cidade de São Paulo.

## OS ESPORTES

No dia 22 de maio de 1929, na cidade de São Paulo, foi criada no clube "Club Lithuania" uma seção de esportes. Os iniciadores foram os esportistas Jouzas Januskis e V. Kropas.

A primeira diretoria foi composta por A Draugelis (presidente), V. Kropas (secretário) e J. Januskis (tesoureiro). Mais tarde foi eleita uma nova diretoria.

## AS ESCOLAS LITUANAS

Até a instalação do consulado lituano no Brasil, na cidade de São Paulo, nossos emigrantes viveram seu período mais pesado. Muitas coisas lhes faltavam, e eram necessárias para que não se atrasassem em relação aos emigrantes de outras nacionalidades. Acima de tudo lhes faltava sabedoria, instrução.

Apenas por meio da educação, pelo conhecimento deste país ao mesmo tempo agradável e sofredor, as peculiaridades de sua natureza, poderiam os emigrantes lituanos caminhar para um futuro mais brilhante e luminoso.

Para caminhar para este futuro tiveram que, eles mesmos, procurar caminhos mais fáceis, através da educação, criando escolas próprias.

Foram algumas organizações e alguns dos membros mais ativos da comunidade que começaram a se preocupar com esta questão. Em 1928 a imprensa da colônia várias vezes se pronunciou a favor da criação das escolas lituanas no Brasil e incentivou todos os lituanos a se organizarem para esta luta.

Em setembro de 1928 foi organizado um comitê para educação, apartidário e independente de qualquer organização. Sua missão era a de criar escolas para as colônias no Brasil.

Assim desejava-se levar a vida cultural dos lituanos da cidade de São Paulo para uma situação mais normal, uma vez que havia sido colocada a questão da aculturação. Deveriam os lituanos manter sua nacionalidade no país estrangeiro ou deveriam afundar nas ondas de outras nacionalidade e perder a sua original, perder a geração mais jovem? Decidiram empenhar todos os esforços na defesa de sua língua natal.

O primeiro incentivo foi dado por Vladas Eidrigevicius e Suslovas, que iniciaram cursos noturnos. Houve muitos empecilhos, principalmente recursos financeiros: nenhuma das organizações, nem pessoas físicas, deles não dispunham, nem doaram. Os lituanos da cidade de São Paulo tentaram iniciar várias atividades culturais,

mas não dispondo de recursos, sem se entenderem, não chegaram a nada. Isto aconteceu não só no caso da criação das escolas lituanas, mas também nas artes, no esporte e em outras situações. O primeiro cônsul da Lituânia no Brasil, Dr. Petras Maciulus, chegando a São Paulo, foi testemunha de toda esta situação. E, ao iniciar seu trabalho, tomou a questão da criação destas escolas apoiado pelos pais, como primeira tarefa.

A instalação e abertura oficial do consulado em São Paulo ocorreu no dia 15 de maio de 1929 e já nos meses de maio e junho Maciulis planeja com os pais a abertura das escolas.

## CLUBE DOS LITUANOS

Na festa de aniversário do jornal “Pietu Americos Lietuvio” (Lituanos na América do Sul - PAL) surgiu a idéia de criar um clube de lituanos. Os comunistas reagiram fortemente à proposta, tendo publicado vários artigos contrários a ela em seu jornal.

Os comunistas, aninhados na “Susivienijimas Lietuviu Brazilioje” (União dos Lituanos no Brasil - SLB), temiam que muitos dos membros da organização a abandonassem e se filiassem às organizações que compunham o Clube.

Assim, das mais diversas maneiras, os comunistas boicotaram sua criação. Em reuniões da S. L. B. atacavam fortemente todos os que não seguiam a ideologia comunista. De linha ideológica oposta, o “Lietuvis Brazilioje” (O lituano no Brasil) também combateu a criação do clube, não no sentido de que ele era desnecessário, como os comunistas, mas reclamando que a iniciativa tenha sido tomada não pelos partidários do L. B. mas outros, agrupados em torno do P. A L.

Os partidários do “Lietuvis Brazilioje” afirmavam que a questão do clube poderia ter sido colocada na reunião geral de 21 de janeiro de 1929, quando as organizações que compunham o L. B. foram convidadas a fundar um comitê no dia 16 de fevereiro – em

homenagem ao dia nacional da Lituânia – e não no dia 20 de janeiro, como fizeram os iniciadores da idéia.

Sem dar atenção a estes argumentos, os redatores do jornal P. A L. e os que os apoiavam, vendo a decadente situação pessoal e coletiva dos lituanos em São Paulo levam adiante a difícil tarefa de reunir os lituanos mais esclarecidos em um único centro cultural.

Neste sentido, no dia 13 de janeiro de 1929, na redação do P. A L., na rua dos Andradas, 44, reúne-se bom número de lituanos que discutem maneiras de trabalhar solidária e conjuntamente.

Da reunião participaram: J. Zakevicius, P. Degutis, V. Eidrigevicius, J. Jomantas, Sra. Eidrigevicius, V. Cemarka, F. Cemarka, Sra. Degutis, V. Kirstein, J. Januskis, K. Bratkauskas, L. Valiukas, V. Stankevicius, P. Krasniskcas, S. Krasaukas, Sra. Valiukas, B. Jodelis, J. Laskauskas, A. Reinigis, A. Barotas, J. Virbickas, V. Ostromskis, J. Verbickis-Tevunas, P. Katosonovas, H. Vagneris, J. Laucevicius e outros.

Os participantes da reunião, sem se ater e sem se deixar levar por interesses particulares, desconsiderando princípios e opiniões pessoais, reconheceram que, sem um centro cultural, sem uma atuação conjunta e harmoniosa, não é possível viver no estrangeiro. Por isso, para a criação do clube, emitiram a seguinte declaração:

“Os aqui reunidos, tendo em mente a extraordinariamente desvirtuada situação das organizações de lituanos em São Paulo, avaliaram a estabilização da sua unidade e tomam resoluções neste sentido”.

No dia 20 de janeiro de 1929 estes mesmos iniciadores se encontram para uma segunda reunião, quando se decide chamar o clube de “Club Lithuania”. Os estatutos do clube foram criados e foi escolhida a diretoria, da qual participam: Juozas Zakevicius, Vladas Eidrigevicius, Apolonija Degutis, Jouzas Januskis e Liudas Valiukas.

A recém-escolhida diretoria inicia seu trabalho. A primeira decisão é a de se alugar uma sede adequada às atividades do clube, na Rua dos Andradas, 62. A seguir foram oferecidos para os adultos uma série de cursos noturnos:

1. Fundamentação teórica para mecânicos
2. Desenho de máquinas e de construção civil
3. Eletrotécnica
4. Contabilidade e outras especialidades
5. Trabalhos manuais para mulheres
6. Línguas: Português, Lituano e Inglês

V. Eidrigevicius foi escolhido para dirigir os cursos e J. Januskis para cuidar da administração.

No dia 17 de março os cursos de línguas foram iniciados. Neste mesmo dia, às 17 horas, realizou-se uma reunião dos participantes dos cursos e dos interessados no clube, onde ficou decidida oficialmente a abertura do clube no dia 24 de março de 1929 (Domingo de Ramos). A bênção do clube seria feita pelo pároco dos lituanos, Padre Jeronimas Valaitis e participaria da solenidade o coral dirigido por S. Krasaukas. Após a solenidade haveria baile e jantar.

Uma vez que a solenidade aconteceu no Domingo de Ramos, os partidários do "Lietuvis Brazilioj" não compareceram. Padre Valaitis recusou o convite e S. Krasauskas, anteriormente organista da paróquia, não compareceu com seu coral, porque não havia espaço para todos os participantes, apenas 20 deles.

"Lietuvis Brazilioj", desejando sucesso ao clube, lembrou que a solenidade de abertura aconteceria no domingo de Ramos, inclusive com baile. Apesar de tudo, a abertura do clube ocorreu. Com a recusa do Pe. Valaitis, a bênção foi feita por um padre alemão, seguida por discursos. O primeiro deles foi feito pelo presidente, J. Zakevicius. Os demais falaram em alemão e em português. Os representantes da imprensa participaram, mas nenhum deles discursou, apenas mais tarde "Garsas" e "Lietuvis Brazilioj" noticiaram o evento criticamente

O jantar e o baile se prolongaram até a meia noite, quando, pontualmente, o presidente agradeceu a presença de todos e, lembrando que era Domingo de Ramos, pediu a todos que se despedissem.

O clube crescentemente se estrutura: são criadas seções de esportes, de artes e uma seção para discutir a questão dos lituanos no estrangeiro, dirigida por F. Cemarka. A primeira reunião desta seção ocorreu no dia 7 de abril de 1929. Os dirigentes das várias associações começam a criar uma linguagem comum. A recepção ao cônsul da Lituânia também foi uma questão discutida no clube, do qual participam representantes de todas as associações, entre os quais o Pe. Valaitis. Foi criado uma comitê de recepção ao cônsul.

O jantar de recepção ao cônsul, no dia 8 de maio de 1929, também ocorreu no Clube. Em outras palavras, o clube começa a ganhar vida. A cada sábado e domingo realizam-se bailes. O buffet era comandado por alemães, por isto os eventos eram freqüentados por pessoas desta nacionalidade e freqüentemente cantavam-se canções alemãs. O fato foi explorado pela imprensa, mas não afetou a freqüência. Tendo sido observada a desonestidade da diretoria, foi chamada reunião extraordinária para o dia 26 de maio de 1929, presidida pelo cônsul Maciulis. Da pauta constava a revisão da contabilidade, a demissão da diretoria atual e a eleição de nova diretoria.

No decorrer da reunião se verificou que a diretoria não havia tido qualquer cuidado com os recursos financeiros do clube, que havia realizado despesas injustificáveis. O presidente, J. Zakevicius não respondeu às acusações. Foi escolhida uma diretoria completamente nova, à exceção de V. Eidrigevicius, que permaneceu. Faziam parte: V. Eidrigevicius, vice-presidente e responsável pela seção de Cultura; S. Puisys, presidente; J. Silickas, tesoureiro e administrador; Laskaukas, secretário e J. Virbickas-Tevunas. A nova diretoria assumiu no dia 31 de maio de 1929. A diretoria anterior deixou dívidas que somavam 5 mil Mil Réis. É necessário destacar que esta diretoria recorreu e teve apoio de alguns representantes do governo lituano e de algumas associações, recompensando-os com títulos de "membros de honra" do clube.

O representante da Lituânia na América do Norte, B. K. Balutis, em mensagem à colônia lituana no Brasil, parabeniza a criação do clube e agradece a oferta de título de “membro de honra”.

Na reunião de 10 de junho de 1929 a diretoria do Club decide afastar de seus quadros J. Jakevicius e V. Kristein, alegando:

#### I. J. Zakevicius

Tendo em vista que: 1) J. Zakevicius, como presidente, dirigiu todos os assuntos de clube de forma tal que o levou a situação insustentável; 2) Realizou malversação dos recursos originários do Livro de Ouro, talvez de má-fé, afetando a credibilidade do clube frente à comunidade; 3) Não só não se esforça para corrigir os erros de sua administração como ainda e agora tenta dificultar que o clube saia da difícil situação em que se encontra, por exemplo tentando tumultuar a relação entre o locatário do buffet e a nova diretoria; 4) Compromissos financeiros por ele assumidos em nome do clube levam a organização a uma difícil situação, decide afastá-lo de seu quadro de associados.

#### II. Vilhem Kristein

Tendo em vista que: 1) V. Kristein, sendo presidente da Comissão Revisora, permitiu que a antiga diretoria, especialmente o presidente J. Zakevicius, levasse o clube a uma situação catastrófica; 2) V. Kirstein também tesoureiro e permitiu que as dívidas do clube atingissem cerca de 5 mil Mil Réis; 3) Estes procedimentos destruíram a confiança da comunidade e levam o clube a uma situação ainda pior no futuro, tendo, inclusive mentido para a antiga e nova diretoria a respeito de algumas de suas negociações financeiras; 4) Sua permanência nos quadros clube

provoca grande insatisfação na comunidade em geral, a diretoria do clube decide afastá-lo do quadro de associados.”

### **A associação “Alfa”**

O escritor Juozas Daugela relata ainda um dos eventos mais polêmicos da imigração deste grupo. Os entrevistados que tiveram a má sorte de terem sido lesados por esta organização negam-se a relatar os fatos talvez por vergonha ou tristeza .

“A “Alfa” surgiu no final de 1926. Na Lituânia a “Nova Lituânia” ficou famosa através da “Alfa”. Nesta época Marijonas Jagucanskis, procurando fortuna, parte para o Brasil – onde não é bem sucedido. Sem desanimar, no dia 23 de outubro de 1926 conhece aqui um grande proprietário de terras, Dr. Labiano da Costa Machado, que tinha grandes lotes de terras, arrendadas do governo, perto do Rio Paraná, cerca de 200 km a sudoeste de São Paulo. Jagucanskis e Dr. Machado resolveram lá instituir a “Nova Lituânia” lá, no meio do Brasil. Dr. Machado alugou a terra por valor muito baixo, alguns centavos por metro quadrado, porque em lugares como aquele, longe de estradas de ferro e de cidades, as terras eram cedidas a troco de nada. Jagucanskis escolheu um lote situado cerca de 80 km da estação de Santo Anastácio, na região de Presidente Prudente e o dividiu em 250 lotes de 24 ha cada. Chamou a colônia de “Nova Lituânia”. Prometeu ao Dr. Machado enviar, para cada lote, uma família de oito pessoas.

A forma de pagamento era: por cada lote o comprador depositava no Banco de Crédito, em Kaunas, 1.300 Lt. os restantes 4.650 Lt (3.800 Mil Réis) seriam pagos ao Dr. Machado em quatro anos. Dr. Machado estava feliz, pois havia conseguido vender aquela área, coberta de florestas tenebrosas, impenetráveis, cobertas de mato emaranhado e cortante, onde um brasileiro, por dinheiro nenhum, iria morar. Mas não esqueceu de seus interesses e Jagucankas prometeu-lhe um percentual alto sobre cada lote vendido. Cumprida esta tarefa, Jagucankas volta para a Lituânia

onde, em 1927, em Kaunas, na Rua Maironis, 2, funda a “Alfa”, associação de comércio, indústria e propaganda, cuja principal missão era a de vender a “Nova Lituânia” para os emigrantes lituanos. Envia cartas elogiosas ao Brasil e à “Nova Lituânia”, faz propaganda e logo todos os lotes estavam vendidos. Além do pagamento das terras, cada colono deveria pagar à “Alfa” 300 Lt. pela intermediação. Vilheim Kristein também era membro da “Alfa”. O diretor da associação era Alfonsas Kernauskas, antigo artista do Teatro Nacional. O negócio de Jagucankas rendeu-lhes bom dinheiro, sem falar do Dr. Machado, que não poderia nem sonhar que suas inacessíveis terras nos Trópicos, onde há árvores que cinco homens não conseguem abraçar, trançada de lianas, cheia de milhões de cobras venenosas e terríveis insetos seriam vendidas tão lucrativamente. Com a ajuda da “Alfa” as terras foram vendidas por 2 Mil Réis, quase tanto quanto se cobrava pela terra já completamente limpa, habitada e não longe de São Paulo e de estrada de ferro.

Ao vender a terra, Jagucankas se apresentava como representante do governo brasileiro, mostrando seu passaporte brasileiro, que foi conseguido pelo Dr. Machado. Elogiava o Brasil e prometia que os compradores e toda a sua bagagem seriam transportados gratuitamente até as terras. Jagucankas acreditava que Dr. Machado providenciaria o transporte, que o governo oferecia a todos, procurando atrair trabalhadores para o pesado trabalho do café. Mas Dr. Machado, tendo recebido o dinheiro dos cidadãos da “Nova Lituânia”, não teve a menor preocupação com o transporte.

Em maio de 1927 um dos diretores da “Alfa”, Vilheim Kristein, veio para o Brasil tratar das questões das terras apresentando-se como representante do governo lituano. Em São Paulo ficou hospedado no Hotel Suiço, onde pagava 40 Lt. por dia. Prometeu ajuda de 10.000 Lt. para a edição de um jornal, valor que havia recebido do governo lituano. Além disso, circulava entre vários especuladores, a negócios. Não havia qualquer menção de

voltar para a Lituânia. Pouco tempo depois, foge para o Brasil outro funcionário da “Alfa”, Jonas Laskauskas. Havia planos de criar algo semelhante à “Alfa” no Brasil. Entretanto, na Lituânia, a “Alfa” havia atraído a atenção das autoridades e havia sido liquidada. Os diretores que lá ainda permaneciam, Alfonsas Kernauskas e Marijonas Jagucanskis foram presos mas, tendo pago fiança, ambos foram libertados. Por muito tempo as pessoas vão se lembrar dos atos da “Alfa”. Com grande impaciência todos esperavam o dia 3 de junho de 1930, quando a famosa causa do “Alfa” foi a julgamento no Tribunal de Kaunas. Foram arroladas 319 testemunhas. O julgamento estendeu-se até o dia 10 de junho de 1930. As testemunhas mostraram que a “Alfa”, ainda, secretamente, mediante pagamento, levava para o Brasil jovens que ainda não haviam cumprido o serviço militar. Na dita “associação” A Kernauskas dirigia uma seção “do amor”, que convencia jovens lituanas que naquele Brasil ideal seriam ricas e felizes.

Na noite de 10 de junho de 1930 o Tribunal de Kaunas condenou M. Jagucanski a 4 anos de prisão, A Kernauskas a 1 ano e 4 meses. Descontando-se a anistia, restavam 3 anos para Jagucanskas e 1 ano para Kernauskas. Não satisfeitos com as sentenças proferidas, especialmente Kernauskas, que lançou toda a culpa sobre Jonas Laskauskas, que havia fugido para o Brasil, recorreram ao Supremo Tribunal. A 25 de outubro de 1930 o Supremo confirmou a sentença do Tribunal de Kaunas. A sentença de A Kernauskas para 9 meses, por estar gravemente enfermo.

Kernauskas pagou uma multa de 50.000 Lt. Os acusados foram defendidos pelos advogados Resiotkinas, Endiziulaitis e Skipitis.

No dia 25 de novembro de 1930 o presidente A Smetona perdoou a pena de 9 meses imposta a Kernauskas pelo Supremo Tribunal.

Penas como estas foram impostas apenas aos participantes da “Alfa” que ficaram na Lituânia. Os outros, em liberdade no Brasil, seguem as ações tão danosas para seus patrícios.

A imprensa lituana no Brasil assim comentou a vida dos lituanos na “Nova Lituânia”:

“Nova Lituânia”, a colônia de lituanos no Brasil, criada há tempos por M. Jagucanskis e W. Kristein. Embora a colônia tenha tido dificuldades no início, cresceu dia a dia e, dois anos depois, já conta com 20 famílias.”

O humor de todos era bom, mas eis que aparecem novos donos da colônia, que publicamente manifestaram seu degradaram e entraram com uma ação na Justiça. Daquele momento em diante o humor caiu e a colônia parou de crescer: não aparecem novos colonos e os que lá estão começam a se preocupar.

No dia 8 de outubro de 1929 chegou à “Nova Lituânia”, vindo de São Paulo, W. Kristein. Mas não chegou só, estava acompanhado de um negro portando armas. Hospedou-se com Deinis e lá se reuniram todos os colonos, que imaginavam que seus pagamentos pelas terras seriam adiados. W. Kristein negou peremptoriamente o pedido e exigiu o pagamento. Os colonos se reuniram brevemente e decidiram suspender os pagamentos até que a questão fosse resolvida na Justiça. A decisão foi comunicada a W. Kirstein por Jouzas Simbalis, que morava no lote 124. A decisão não agradou a Kirstein mas, no dia seguinte, encontrando Simbalis, disse: “Jouzas, largue esta colônia e vá embora, para você não vale a pena morar aqui.” E devolveu-lhe a quitação dos 130 dólares depositados no Banco de Crédito de Kaunas.

Este comportamento de Kirstein para com os colonos estragou o humor de todos, que abandonaram a colônia e fugiram.

Olhando para estes tristes fatos não se quer acreditar que autoridades lituanas teriam apoiado a colonização em Santo Anastácio. Pode haver outra hipótese: será que certas pessoas não gostariam de reviver os atos da recém finda “Alfa”?

## **Como deve ser a colonização no Brasil?**

A única maneira de levar a cabo a colonização no Brasil é uma intervenção do governo lituano, a saber: deve ser enviada uma comissão ao local, deve ser estabelecido um acordo com o governo brasileiro em relação ao aluguel das terras, como fizeram os japoneses na Amazônia, os poloneses no Paraná e os alemães em Santa Catarina, entre outros. Além disso, devem ser oferecidos aos recém-chegados uma série de privilégios, devem ser criados sindicatos para a compra das mercadorias produzidas e também fornecidos equipamentos. Os lituanos aprenderam: de agora em diante não confiarão em nenhuma associação privada nem em pessoas individuais.

### **As terras da “Nova Lituânia” não são do Dr. Labiano da Costa Machado**

Em 1928 surgiram em São Paulo boatos de que as terras onde se localiza a “Nova Lituânia”, nos limites da fazenda “Vale do Paranapanema”, não são propriedade do Dr. Labiano da Costa Machado. Os realizadores da colonização, como a “Alfa”, W. Kirstein e L. Valiukas sabiam disto, mas mantiveram a informação sob sigilo e levaram a colonização, até 1930, a todo vapor.

Com o tempo se soube que a fazenda “Vale do Paranapanema” é parte de outra fazenda, cujo nome verdadeiro é “Baixos de Santo Inácio” e esta fazenda pertence aos Srs. Augusto Fraga Moreira e Francisco de Toledo Arruda. Por isto no dia 4 de

dezembro de 1928 o jornal brasileiro “O Estado de São Paulo” publicou protesto público dos verdadeiros proprietários. A imprensa lituana no Brasil publicou um resumo da nota no dia 24 de março de 1929”

### Os judeus no Brasil

“Entre os imigrantes europeus no Brasil podem ser encontrados também judeus, vindos principalmente da Polônia, Bessarábia e Rússia. Em Estados brasileiros como Bahia, Pernambuco, próximos do Equador e cujas condições climáticas adversas tornam difícil a aclimação de europeus, moram não mais que 200 – 500 famílias de judeus. Número bastante superior de judeus pode ser encontrado nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Na maior parte das vezes eles trabalham no comércio, costuram roupas, produzem chapéus e bolsas. É muito raro encontrar judeus realizando trabalhos braçais em fábricas ou outros locais.

Nas fazendas não há nenhum judeu. Em São Paulo há todo um quarteirão habitado por judeus, no bairro do Bom Retiro. Ali todo o comércio está nas mãos dos judeus: restaurantes, oficinas de costura, barbearias, marcenarias, assim como as lojas. Neste bairro, na Rua Capitão Matarazzo havia uma sinagoga bastante decadente que, em maio de 1930 foi demolida e em seu lugar edificada outra, nova e grande.

Os judeus vivem de forma organizada. Não se encontram judeus miseráveis, como os lituanos, mesmo o mais velho deles tem trabalho. Você olha na rua e vê vários deles com caixinhas contendo maçãs, mexericas, bananas para vender. Outros vendem fumo,

outros batem às portas das casas comprando todo tipo de velharias, outros, ainda, percorrem as casas vendendo guarda-chuvas, sapatos e roupas femininos, tecidos. Em outras palavras, quem quer que esteja vivo e saudável está se mexendo. Houve oportunidade de encontrar judeus também da Lituânia.

Uma característica positiva dos judeus é que eles nunca viajam para uma terra desconhecida, estrangeira, levando toda a família. No Brasil chegam primeiro os judeus mais jovens, obrigatoriamente artesãos. Chega, aprende a língua, consegue trabalho e só depois traz da Europa a família. Os judeus que vieram para o Brasil há mais tempo dificilmente se distinguem dos brasileiros.

Os judeus, como de hábito, valorizam mais sua nacionalidade que quaisquer outros interesses pessoais. Eles, naqueles países, não se dividem, encontram um trabalho em comum, unidos e de comum acordo. Nos registros da Polícia praticamente não existem nomes de judeus, não há registros.

Devido aos incidentes entre judeus e árabes na Palestina, o dirigente dos judeus, Dr. Bernardo Sigelmann, publicou um comunicado na imprensa que, resumindo, soa assim: “Nós, judeus, somos conhecidos em todo o mundo, pois estamos em todos os lugares. Mas há 2.000 anos nós morávamos em um lugar que até hoje tem o mesmo nome – Palestina.

Tendo saído da Palestina, fomos – e ainda somos – perseguidos por todos, justamente porque somos judeus. Mas será isto correto? Seríamos culpados por sermos judeus? Alegam que não temos pátria, mas afirmando isto todos erram. Nossa pátria é o lugar em que vivemos. E, para esta terra, não somos cidadãos piores que os demais. Para esta pátria damos tudo, não importa qual seja o país”...

No dia 31 de agosto de 1929 a partir das 12 horas, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e todas as demais onde vivem judeus, todas as lojas, oficinas e negócios de judeus foram fechados, os trabalhadores e funcionários dispensados.

Neste dia os jornais judeus estamparam símbolos fúnebres, em todos os lugares estavam afixados comunicados exortando para a defesa da fé dos antepassados, fortemente protestando contra árabes e ingleses.

Em geral no Brasil há muitos judeus, embora não haja uma avaliação exata. Eles freqüentemente preferem declarar-se alemães, russos ou poloneses. Entretanto contam com bom número de organizações, escolas e jornais judeus.

No Rio de Janeiro os judeus até editam um jornal diário. A 15 de abril de 1929, em Curitiba, foi fundado um centro congregando todas as organizações judaicas no Brasil, tendo à frente o famoso rabino e líder Israel Rafalovitch. Na inauguração deste centro esteve presente o próprio presidente do Estado e todos os ministros.”

## O bairro de Vila Zelina

O bairro de Vila Zelina, localizado no sudeste da Capital paulista, é resultado do estabelecimento de lituanos e outros povos do Báltico.

Nas terras altas que pertenciam ao Sítio Bela Vista, ou da Moóca, registradas a 1º de dezembro de 1820, por Inácio Fernandes Viana e, passando por partilhas e inventários, em 1846 e 1893, chegaram até 1929, quando as herdeiras Lamyra, Evangelina e Maria Cristina de Castro as venderam à "Sociedade de Terrenos Vila Zelina", por 685: 462 \$ 500 (Cartório do 5º Tabelionato de Notas de São Paulo, Livro 370, fls. 48).

O plano adotado no loteamento foi o traçado de uma futura Avenida Zelina, de onde partiam ruas, formando com ela ângulo de 45 graus. No topo da subida da Avenida Zelina localiza-se uma praça, atual, Praça da República Lituânia. Ela tornou-se o pólo de irradiação do bairro, porque aí foi construída a Igreja de São José.

De raízes católicas, o grupo residente fundou, a "Comunidade Romana Católica de São José dos Lituanos em São Paulo" e conseguiram da "Sociedade de Terrenos Vila Zelina" a doação de cinco lotes na praça, obrigando-se a construir, em cinco anos, uma igreja, no valor mínimo de 50 contos de réis.

Com sua construção, mesmo inacabada, a colônia realizava as atividades religiosas, com toda a liturgia em língua lituana, porque chegaram sacerdotes de seu país. Atrás da Igreja aos poucos foi se erguendo a Casa Paroquial e um anexo com salas de aula para a catequese, para o ensino da língua lituana, ensaios dos grupos folclóricos de dança, ensaios do coral lituano e às vezes confraternizações da Colônia.

A Igreja e seus padres tiveram grande importância na articulação social deste grupo que sempre foi um marco de

resistência e forte sentimento nacionalista em relação ao país de origem.

A língua, derivada do sânscrito, foi o principal elemento de resistência à assimilação dos poderosos vizinhos da Lituânia (russos, poloneses e alemães) que se revezaram no domínio do país. A ocupação germânica, tolerava que os nativos falassem sua própria língua e mantivessem suas tradições. Os russos mantiveram um domínio muito pesado, impondo sua língua e forçando a prática da religião greco-ortodoxa.

Até os dias atuais, professores filhos de imigrantes, mantêm um curso para interessados na língua, seja por correspondência como nas paróquias das Igrejas de Vila Zelina ou da Moóca. Porém, o vínculo maior da Colônia com a língua e com os acontecimentos sociais do grupo e notícias da atualidade de seu país de origem, acontece através do Jornal *Musu Lietuva*, editado semanalmente e vendido através de assinaturas e em bancas de jornais das proximidades da Igreja.

Os membros da comunidade fundaram, também, um coral - o Coral Lituano de São Paulo, que se dedica a cantar músicas patrióticas e religiosas. Organizaram ainda, o Grupo de Danças Nêmunas, que tem seu nome inspirado no maior rio da Lituânia.

Nas proximidades da Praça, as Irmãs Franciscanas da Providência de Deus, fundaram um colégio, iniciado por religiosas norte-americanas de origem lituana, que, em Pittsburgh já mantinham uma tradição na área educacional voltada para a colônia lituana daquela cidade. Várias filhas dos primeiros imigrantes abraçaram a vocação religiosa encaminhando-se para esta Irmandade e auxiliaram sobremaneira o crescimento da obra iniciada pelas Irmãs pioneiras. Hoje, o Colégio São Miguel Arcanjo, que educou a maior parte dos netos dos primeiros imigrantes, ocupa todo o quarteirão e permitiu a extensão deste trabalho em outra

Instituição Educacional que se fixou no outro lado da cidade através do Colégio Pio XII, no bairro do Morumbi.

As marcas dessa cultura se apagam da paisagem da Vila Zelina, com a demolição ou reforma das primeiras casas construídas. Permanece o pequeno comércio dos "patrícios" que se restringe à pequenas lojas de aviamentos, padarias que fabricam o "pão preto" e ainda o Bar do Vito, tradicional reduto masculino, onde os homens se dirigem após o término da missa para tomar seu aperitivo ou às tardes para comer comidas típicas, beber, conversar e até cantar.

Esse espaço da capital paulista, ocupado pelos lituanos que procuraram se juntar aos que chegaram um pouco antes, foi se reorganizando em função da renda. Os que enriqueceram se mudaram para as áreas mais nobres da cidade. O aspecto inicial deixado pelo imigrante se diluiu através da migração interna. Os nordestinos, à medida que chegaram, ocuparam os espaços que esses imigrantes deixaram para trás ou convivem lado a lado; como o Bar do Vito e a Casa do Norte.

## **Considerações finais**

O processo emigratório ocorrido na Lituânia, não foi diferente daquele que movimentou a Europa no final do século XIX e início do século XX, tendo como agravante os resultados da Primeira Grande Guerra e a pobreza generalizada nas áreas rurais. Percebida a dinâmica de repulsão e adaptação desses imigrantes, foi necessário compreender os meandros e especificidades do que representou, para os lituanos, um período de dificuldades, todavia a única possibilidade de fugir daquela situação econômica e social tão precária.

Movidos por propagandas exageradas e enganosas sobre as terras brasileiras, saíram da Lituânia buscando a sonhada estabilidade financeira. Dizia minha avó que as propagandas divulgavam que no Brasil os lituanos veriam pães em árvores, mas sem dúvida encontraram uma situação social igualmente precária, apesar da abundância de terras e da diversa flora. Ultrapassar os limites sociais e naturais foi o mote desses imigrantes, bem como conseguir se estabelecer, manter a identidade cultural e ainda construir uma relação com o lugar e com as pessoas que aqui habitavam.

Aos olhos dos lituanos, a sombra simbolizava os impedimentos e as dificuldades da vida e o Brasil era o "lugar onde a sombra era menor". Quando passaram a se adaptar à luminosidade tropical, viam um mundo mais claro, menos pesado. Sabemos hoje que tal fenômeno se dá por consequência da alteração latitudinal.

Para os lituanos que vieram para o Brasil a chegada e permanência não foi algo fácil, além das dificuldades normais de um processo emigratório, foram vítimas de pessoas que desejavam se locupletar. Entretanto conseguiram, mesmo com tais reveses, formar um importante núcleo no Brasil, sobretudo em São Paulo-Capital. Em recente visita à Lituânia foi possível registrar alguns relatos que confirmam o arrependimento de alguns habitantes pelo fato de não terem aproveitado a oportunidade de virem ao Brasil naquela época, pois vivem de modo precário. Mulheres e homens idosos plantam seu próprio alimento e não sonham mais com outras terras onde árvores frondosas oferecem aos camponeses pães enormes e saborosos. Lembrando sempre dos que aqui estão e que, de uma forma ou outra, desfrutaram da "aventura" da emigração.

## **Bibliografia**

## Referências bibliográficas

BERCITO, Vera D Horta. *Lasar Segall e o Modernismo Paulista: Antologias e Biografias*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e classes sociais)* 2ª ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da Organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

CONTI, José Bueno. *A Geografia física e as relações sociedade/natureza no mundo tropical*. São Paulo, Humanitas Publicações FFCH/USP, 1997.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café : café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. 6ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da Terra*. São Paulo, Hucitec, 1993, 5ª ed.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

MAMIGONIAN, Armen. *Boletim Paulista de Geografia*. n° 50 - SP, Março/1976 - O processo de industrialização em São Paulo.

Museu Lasar Segall/Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Lasar Segall: textos, depoimentos e exposições. São Paulo, 1993, 2ª. ed. rev. aum.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. *História Geral da Civilização* direção de Boris Fausto Tomo III - O Brasil Republicano, 2º Vol - Sociedade e Instituições -1889-1930, Cap. III - Imigração, 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.

OLIVEIRA, Xavier. *O problema imigratório na Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro, Editor A. Coelho Branco Filho, 1937.

Simpósio Europa Centro-Oriental e América Latina (1995 : Rio de Janeiro)

*América Latina e Europa Centro-Oriental : perspectivas para o terceiro milênio*, org. Andrzej Dembicz, José Flávio Pessoa de Barros, Maria Teresa Toríbio Brittes Lemos. - Rio de Janeiro : UERJ, INTERCON, 1996 - BELAPETRAVICIUS, Walkiria Savira - A imigração Lituana para o Brasil : algumas reflexões - Vol 2

Simpósio Nacional sobre o Pensamento de Ignácio Rangel (1994 : Florianópolis, SC)

*Pensamento de Ignácio Rangel*, org. Armen Mamigonian - Florianópolis : UFSC, PPGG, 1977 - REGO, José Márcio - Precusores da teoria da dependência - Rangel e a dualidade básica brasileira.

## **Bibliografia**

### **A - Obras de caráter geral**

**BECKER, H. S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo, Hucitec, 1997.

**BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

**BOGDAN, R. & BIRKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação.** Porto, Porto Editora, 1994.

**BOSI, E. (org.). Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.

**FURTADO, C. Formação econômica do Brasil.** São Paulo, Nacional, 1967.

**FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.

**GIL, A . C. Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, Atlas, 1991.

**GOLDMAN, L. Ciências humanas e filosofia.** São Paulo, DIFEL, 1970.

**HABERMAS, J. O Discurso filosófico da humanidade.** Lisboa, Dom Quixote, 1990.

**KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo, Perspectiva, s.d.

**PRADO Jr., C. História econômica do Brasil.** São Paulo, Brasiliense, s.d.

**QUEIROZ, M. I. P. de (org.). O imaginário em terra conquistada.** São Paulo, CERU, 1993.

**RANGEL, I. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro.** Biental, s.d.

**SIMSON, O . R. M. (org.). Os desafios contemporâneos da história oral - 1996.** Campinas, Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997

## **B - Obras relativas a imigrações, a imigrantes, à Lituânia e aos lituanos**

**ALVIM, Z. M. F. Brava Gente.** São Paulo, Brasiliense, 1986.

**ANGELO, A. Um agitador Cultural: H. L. Alves.** São Paulo, Grupo Aché, s.d.

**BIBLIOGRAFIA COMENTADA. Urbanização, Industrialização e migrações em São Paulo - séc. XIX e XX.** São Paulo, FFCLH-USP, 1995.

**BLB Akademinis Samburis. Brazilijos Lietuviu Zininas.** São Paulo, Brazilijos Lietuviu Bendroumene, 1973.

**BRANDISAUSKAS, V. Siekiai atkurti Lietuvos valtybinguma.** Vilnius, Valstybinis Leidybos Centras, 1996.

**DAUGELA, J. Lietuviai Brazilijoje.** Kaunas, 1933.

**EIDINTAS, A . Lietuviu kolumbai. Vilnius, Mintis, 1993.**

**EVANGELISTA, José Geraldo. A Vila Zelina - A formação de um bairro paulistano. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.**

**FAUSTO, B. Historiografia da imigração para São Paulo. São Paulo, Editorial Sumaré, 1991.**

**GIMBUTAS, M. Os Baltas. Rio de Janeiro, Rio Neris, 1968.**

**GREIMAS, A . J. & ZUKAS, S. La Lithuanie: un des Pays Baltes. Vilnius, Baltos Lankos, 1993.**

**GRUN, R. Negócios & famílias: armênios em São Paulo. São Paulo, Editora Sumaré, 1992.**

**KIAUPA, Z.; KIAUPIENE, J. & KUNCEVICIUS, A . Lietuvos istorija iki 1795 metu. Vilnius, Valstybinis leidyklos centras, 1995.**

**KLEIN, H. S. A imigração espanhola no Brasil. São Paulo, Editorial Sumaré, 1994.**

**MARGULIES, M. Os judeus na história da Rússia. Rio de Janeiro, Bloch, 1971.**

**MAUCLAIRE, J. O paiz do cavalleiro branco. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1932.**

**MEYNIER, A . Les paysages agricoles. Paris, Armand Colin, 1970.**

**MICHELSONAS, S. Lietuviu Iseivija Amerikoje: 1868 - 1961. Boston, Keleivis, 1961.**

**MIKSIS, Z. La Lithuanie: pays entre deux mondes. Vilnius, Baltos Lankos, 1993.**

**MOIBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo, Polis/Hucitec, 1974.

**SAITO, H. (org.). A presença japonesa no Brasil.** São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1980.

**SAKURAI, C. Romanceiro da imigração japonesa.** São Paulo, Editora Sumaré, 1993.

**SAPOKA, R. A. Lietuvos istorija.** Vilnius, Mokslas, 1989.

**SCANTIMBURGO, J. de. Os paulistas.** São Paulo, Governo do Estado, 1983.

**SILVA, S. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

**S.N.D.C.B. História da imigração no Brasil: as famílias.** São Paulo, S.N.D.C.B., 1990.

**TREVISAN, L. A República Velha.** São Paulo, Global, 1982.

**TRUZZI, O. M. S. De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo.** São Paulo, Editorial Sumaré, 1991.

**VAITKEVICIUS, B. Lietuvos TSR istorija.** Vilnius, Mokslas, 1985.



## Resumo

A pesquisa explica o processo migratório da Lituânia para o Brasil, as condições da saída e o perfil da primeira leva ( 1926 ) e da segunda leva ( 1947 ).

Analisa também a presença do lituano no Brasil, principalmente no Estado de São Paulo, sua contribuição cultural e econômica, levando em conta os setores produtivos da economia aos quais se destinaram: lavoura do café e indústria paulista.

Concluimos que a movimentação desses imigrantes atendeu aos interesses do governo lituano quanto à diminuição do excedente populacional do campo e aos interesses dos fazendeiros produtores de café no Brasil.

Destaca-se o Bairro de Vila Zelina na capital paulista, como reduto das tradições e da língua lituana.

## **Abstract**

The research explains the immigration process from the Lithuanians to Brazil, the profile of the people who first the country in 1926 and the next ones in 1947.

It also explains the lithuanians staying in Brazil. Mainly in São Paulo, their cultural and economical contribution considering the productivity issue coffe crops and the São Paulo industry.

The Lithuanians, unaware of the fact, governnement by reducing the country's over population through immigration their and also the Brazilian coffee producers interests.

Vila Zelina is considered the Lithuanians' colony and the place where their traditions and use of language is most visible.